# Área de Transportes e Obras Públicas

# I - Introdução

Ao terminar 2009, fez-se um balanço, desde o estabelecimento da RAEM e ao longo da década, quanto ao sucesso e aos aspectos que merecem ser melhorados. A entrada do ano de 2010 não só representa o primeiro ano da LAG do 3.º mandato do Governo da RAEM, mas marca, também, um novo ponto de partida na história de Macau, pelo que iremos prosseguir o pergaminho herdado do passado, procurar introduzindo ideias inovadoras.

Na sequência das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008-2010), promulgado em 2008 pelo Governo Central, estrategicamente, define Macau como um "Centro Internacional de Turismo e de Lazer", foi ainda divulgado o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha, que por sua vez propiciou o estreitamento dos laços de intercâmbio urbano entre o Macau e o Pan-Delta do Rio das Pérolas, e ainda a coligação e fusão do seu desenvolvimento. A par disso, foi ainda aprovado pelo Governo Central o pedido feito pelo Governo da RAEM de execução de aterros com uma área de aproximada de 350 hectares para as novas zonas urbanas da RAEM, que permitirão proporcionar as bases sólidas para o desenvolvimento a longo prazo, estável, próspero e sustentável de Macau, por forma a elevar assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Por outro lado, não obstante ao rápido desenvolvimento económico de Macau verificado, deparamo-nos com várias questões e condicionamentos de ordem social, ambiental e de recursos, mas também diversas exigências, gerando mesmo conflitos e tensões. Em como atenuar estas pressões e torná-la por sua vez a força impulsionadora para progresso social consiste no desafio e na prova que devemos encarar e enfrentar.

Na antevisão desta nova perspectiva, tal é, não só, numa oportunidade para o futuro desenvolvimento geral de Macau a longo prazo, mas também um desafio.

Assim sendo, na área das obras públicas e transportes será necessário ter uma mente aberta à grande mudança dos tempos, ter uma perspectiva global e um pensamento inovador nas matérias de planeamento urbanístico, aproveitamento de terrenos, protecção ambiental, equipamentos de apoio viário e infra-estruturas sociais. De acordo com as orientações políticas das LAG's de "aperfeiçoamento do sistema administrativo e de promoção da legalidade, de atenção às necessidades das várias camadas sociais, de elevação da transparência dos assuntos administrativos, segundo regras de integridade, e de promoção do desenvolvimento sustentável e harmonioso de Macau", associado, em conjunto com a população de Macau, às demais cidades do Delta do Rio das Pérolas, com as oportunidades de desenvolvimento advindas das "Linhas Gerais" e iremos atempadamente com base nas LAG delineadas ao longo da última década desde o estabelecimento da RAEM e segundo as perspectivas do futuro dar início, de forma progressiva, aos vários trabalhos que visem definir as políticas para a elaboração do plano urbano a longo prazo e para a definição da estratégia para o futuro desenvolvimento de Macau, juntamente com toda a população, através da

realização de investigação, estudo, análise classificatória da actual situação, e com base nos argumentos dos especialistas e da participação pública, por forma a criar assim um lar propício para habitação.

# 1. Definição das estratégias gerais a longo prazo e prosseguimento da oportunidade do desenvolvimento regional

Na sequência da consulta realizada em 2008 sobre a Abordagem Sobre o Estabelecimento de um Sistema de Planeamento Urbano Moderno e Científico e da realização de uma série de estudos iniciados em 2009 que lhe serviram de base, como o Estudo para a Elaboração do Planeamento Urbanístico de Macau e Concepção do Plano Director de Macau, irá a Administração em 2010 segundo um novo raciocínio envidar todos os esforços para dar início à elaboração do projecto do desenvolvimento conceptual geral de Macau, em prol da firmação do princípio de "respeito pelo passado, assente na realidade actual e a pensar no futuro", promoção de forma faseada, assim como procurar atempadamente apresentar o aludido projecto à sociedade e recolher amplamente a opinião pública sobre o assunto, por forma a permitir que o plano possa melhor estar à altura do futuro desenvolvimento da RAEM.

A par disso, o grupo de trabalho interdepartamental criado para o efeito virá em 2010 dar início aos trabalhos respeitantes a elaboração do projecto de lei do planeamento urbanístico de Macau e dos seus regulamentos administrativos complementares, assim como acelerar o andamento dos trabalhos respeitantes ao estudo sobre o sistema para a elaboração do planeamento urbanístico, mediante o sistema jurídico, sistema administrativo e o sistema operacional, por forma a criar assim um sistema de planeamento urbanístico sistemático, científico e moderno.

Iremos também procurar dentro do corrente ano concluir os trabalhos de revisão da Lei de Terras e dos seus diplomas complementares, assim como promover de forma dinâmica os trabalhos relacionados com o estudo sobre a classificação dos terrenos, definição das políticas de solos a longo prazo, melhoramento do mecanismo de gestão de solos, reforço da fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão, continuação das acções de severo combate contra os actos de ocupação ilegal dos terrenos que conduzem por sua vez a danificação da colina, lesão dos interesses públicos e que afectam a ordem social, por forma a melhor proteger assim os nossos recursos florestais.

A par disso, iremos ainda através do plano de racionalização procurar equilibrar as vertentes do desenvolvimento urbano e da defesa do ambiente nos novos e antigos bairros, assim como em termos de equipamento social e infra-estruturas viárias, no sentido de coadjuvar o desenvolvimento dos novos e dos antigos bairros, bem como permitir colmatar as suas deficiências, em prol do seu desenvolvimento sustentável.

E conforme foi supracitado e com a concretização das Linhas Gerais permitirá à Macau através da cooperação regional encontrar novos espaços para o desenvolvimento, por isso o nosso plano e o nosso trabalho não deve meramente debater sobre as cidades, uma a uma, de forma isolada, mas sim ter em conta ao desenvolvimento geral de Macau sob o ponto de vista do Pan-Delta do Rio das Pérolas, bem como procurar responder as necessidades do desenvolvimento das regiões vizinhas, recorrendo aos pontos fortes da região por forma a sobressair a sua característica singular e reforçar o papel desempenhado por Macau no desenvolvimento regional, através da sucessiva participação nas diversas cooperações regionais, com vista a promover o ponto forte de Macau como acesso do quadrante oeste do Rio das Pérolas e aproveitar a oportunidade do desenvolvimento regional.

## 2. Definição das políticas de transporte para a próxima década e implementar, de forma faseada, infra-estruturas de grande escala

A definição de uma política de transporte macroestutural e com meta a longo prazo é crucial para o futuro desenvolvimento de Macau, em particular para enfrentar os grandes desafios confrontados por Macau com a elevada densidade populacional e do aumento em flecha do número de veículos, pelo que Macau necessita de uma política de transporte sustentável e estratégica. Assim sendo, veio a Administração em finais do ano transacto lançar a consulta sobre a 1.ª fase do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010 – 2020), que consiste na 1.º projecto-piloto em Macau em que se é ponderado e estudado sobre a questão do trânsito de forma geral, absoluta e faseada. E em que se pretende através do diagnóstico da actual situação e da tendência do trânsito de Macau, aclarar os princípios e as ideologias das políticas de transportes, aproveitando a grande tendência do futuro desenvolvimento urbano para articular com a estratégia geral de transporte baseado na atribuição de "prioridade aos veículos de transportes públicos", centralizado no sistema do metro ligeiro e coadjuvado estreitamente com os diversos meios de transportes públicos e privados, por forma a criar um sistema de transporte urbano geral de superfície, desnivelado e sobre elevado, permitindo assim definir em termos macro estruturais a directriz geral da política de transporte de Macau para a próxima década.

E ainda não obstante a este facto, em harmonia com o início da construção dos novos bairros da Ilha da Montanha, do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e da auto-estrada Pequim-Zhuhai-Macau, internamente em Macau foi igualmente dado início de forma programada à construção das diversas importantes infra-estruturas, nomeadamente o sistema do metro ligeiro, o estudo sobre a construção de um túnel na Colina da Taipa Grande, o estudo aprofundado sobre a viabilidade da construção da 4.ª ligação transmarítima e o início da execução das diversas intervenções urbanísticas públicas, em que à semelhança das acções desenvolvidas no passado, iremos dar início de forma programada à boa execução das urbanizações relacionadas com a vida dos cidadãos.

## 3. Política de protecção ambiental com metas a longo prazo e definição de uma política de habitação pública pragmática

Face ao aumento das necessidades ambientais em virtude da coordenação regional, verificou-se uma exigência cada vez maior por parte dos cidadãos de um melhor ambiente habitacional e de uma melhor qualidade de vida, assim como a progressiva consideração, cada vez mais alargada, quanto à importância da protecção ambiental do Centro Histórico de Macau, bem como de concretização da construção das diversas grandes infra-estruturas de Macau e de início da execução dos novos bairros, por forma a proteger e gerir o ambiente de Macau para que possa estar preparado para os novos desafios.

Logo então, nesta perspectiva, com o raciocínio assente na "elaboração do plano e gestão dos recursos", virá a Administração dar início de forma programada ao desenvolvimento dos trabalhos referentes à elaboração do plano geral de protecção ambiental de Macau, que compreende a elaboração do Quadro geral do planeamento conceptual da protecção ambiental de Macau, para projectar as metas e as intervenções a curto, médio e longo prazo, que permitam tornar Macau num local ainda mais propício para a habitação. E ainda não obstante a este facto, será o texto para a recolha de comentários da Abordagem Sobre o Estabelecimento do Regime de Avaliação do Impacto Ambiental, no sentido de ouvir as opiniões dos diversos estratos sociais quanto ao regime do impacto ambiental, por forma a permitir assim dar início de forma programada à fase seguinte dos trabalhos referentes à definição dos procedimentos, critérios técnicos, directivas e disposições gerais para a avaliação do impacto ambiental para se melhor conhecer a opinião pública.

Em harmonia com o desenvolvimento geral da sociedade e para melhor responder as suas aspirações, virá de forma dinâmica aumentar a oferta de habitações públicas, vir-se-á ainda neste ano dar início aos trabalhos de estudo sobre as Estratégias de Desenvolvimento das Habitações Públicas (2010 a 2020), na esperança de que através da investigação, estudo e recolha de dados seja possível a análise científica, classificatória e subjectiva sobre a actual situação populacional, rendimento dos cidadãos, situação das fracções habitacionais e das habitações públicas, assim como amplamente recolher a opinião pública, aumentando assim a participação dos cidadãos no desenvolvimento das habitações públicas, por forma a melhorar assim a estratégia para as habitações públicas e definir de forma prática a política de desenvolvimento das habitações públicas.

## 4. Transparência dos assuntos administrativos e prossecução e aprofundamento das regras de integridade

Na área dos transportes e obras públicas iremos continuar de forma incansável procurar estar à altura das exigências em termos de transparência na definição e no aprofundamento dos assuntos administrativos, assim como continuar progressivamente com a optimização

dos procedimentos administrativos de forma, elevar a eficiência dos serviços, ampliar o âmbito de aplicação dos serviços electrónicos, persistir no espírito de procurar ultrapassar as dificuldades, procurar de forma dinâmica implementar as diferentes políticas e medidas com vista a permitir progressivamente a resolução para algumas das questões que atormentam e que afectam a vida da população.

Iremos continuar através da plataforma da Rede de Informação Cadastral procurar melhor tornar público as informações sobre a PAO e os respectivos planos urbanos, facilitando assim a consulta dos cidadãos, de forma a permitir a partilha e o aproveitamento das informações, elevação da capacidade de resposta e divulgação através dos órgãos de comunicação social ou da mass média das informações respeitantes a abertura de concurso e a avaliação das propostas, por forma a elevar assim a transparência das informações respeitantes às empreitadas de obras públicas. Está ainda em plano a ampliação do âmbito de divulgação das informações sobre a apreciação dos pedidos de aprovação de projectos de construção de edifícios privados e ampliação mais profunda da acção interdepartamental (G2G), e realização de estudo sobre a optimização das funções de tratamento, análise e avaliação do sistema da rede de informações cadastrais.

Com o início das obras de construção do sistema do metro ligeiro, iremos com base na experiência internacional nesta matéria procurar adoptar diferentes soluções para as diferentes fases e criar o mecanismo de concurso e de adjudicação, fiscalizar severamente as despesas financeiras e aprofundar a fiscalização baseada nas regras de integridade. E ainda nesta perspectiva, reforçar a cooperação com o Comissariado Contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, no sentido de melhor regulamentar os procedimentos respeitantes a apreciação das propostas e de fiscalização.

## 5. Criação de um mecanismo de participação pública e ampliação da recolha da opinião pública

E segundo as bases conseguidas do passado, iremos continuar a exigir à direcção, chefia e trabalhadores dos diversos serviços desta tutela para visitar a fundo os bairros, no sentido de melhor conhecer a opinião pública e recolher amplamente a sua opinião, em particular os serviços governamentais estritamente relacionados com a vida dos cidadãos. Além disso, iremos procurar firmar o princípio de "servir bem o cidadão", criar um mecanismo de resposta altamente eficiente e aproveitar plenamente o sistema de organização das acções de consulta, assim como criar com as associações civis e sócio-profissionais um mecanismo de diálogo permanente, por forma a que através do estrito e interactivo diálogo e cooperação e incentivo, seja possível a participação conjunta para a construção em conjunto do lar ideal.

Com base no balanço da experiência das acções de consulta pública realizadas em 2009, iremos gradualmente criar o mecanismo de participação pública nos trabalhos de planeamento urbanístico, no sentido de elevar assim a transparência dos trabalhos de planeamento urbanístico, permitindo então subsequentemente a alteração do plano de pormenor em fun-

ção da mudança das exigências em termos de desenvolvimento urbano e da racionalização dos terrenos. E iremos ainda através da realização de sessões de apresentação e de consulta pública recolher a opinião dos diversos estratos sociedade, no sentido de melhorar o plano, em prol de uma melhor articulação com o desenvolvimento concreto de Macau e as aspirações sociais.

Por outro lado, irá por meio do actual regime de Audiência Pública de Concessão de Terreno continuar com o aprofundamento dos trabalhos de consulta pública e estudar sobre a criação de um meio sistemático para a recolha de opinião.

Além disso iremos segundo a base existente, reforçar o mecanismo de divulgação de informações e continuar com o aprofundamento do mecanismo de realização trimestral de conferências de imprensa conjunta entre os serviços responsáveis pelas obras públicas e pelo trânsito no sentido de divulgar atempadamente ao público as informações estritamente relacionadas com a vida dos cidadãos.

# II - Cooperação regional

Na sequência da promulgação das Linhas Gerais, foi reforçado o desenvolvimento coordenado dos centros urbanos do Grande Delta do Rio das Pérolas e colmatado mutuamente os seus pontos fracos. A par disso, foi também proposto na estratégia de desenvolvimento geral espacial a "elevação da qualidade da margem do quadrante oeste, optimização da margem do quadrante leste e elevação geral do nível de desenvolvimento", por forma a acelerar a fusão regional da margem oeste do Delta do Rio das Pérolas e esperar que se torne no futuro num ponto forte para o desenvolvimento, mediante ao gradual início da execução dos trabalhos de construção das várias grandes infra-estruturas regionais. Nesta perspectiva, o encontro de um novo espaço para desenvolvimento através da cooperação regional foi desde sempre uma das grandes apostas do Governo da RAEM.

## 1. Participação de estudo regional e reforço planeamento cooperativo

Para a concretização em conjunto das políticas delineadas nas Linhas Gerais e com base no resultado do Estudo da Coordenação, Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico dos Centros Urbanos do Grande Delta do Rio de Pérolas, que foi concluído no ano transacto, os três Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau propuseram a elaboração conjunta da concepção do Plano das Principais Operações Urbanísticas para a Construção na Foz do Rio das Pérolas da Baía Propícia para Habitação, no sentido de concretizar a política espacial descrita nas Linhas Gerais, procurar-se-á tornar a baía da foz do Rio das Pérolas numa Esfera de Vida de Alta Qualidade do Grande Delta do Rio das Pérolas, bem como aprofundará a proposta de cooperação regional sobre o Estudo da Coordenação, Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico dos Centros Urbanos do Grande Delta do Rio de Pérolas.

Além disso, reforçar-se-á a divulgação e promoção da baía da foz do Rio das Pérolas através do presente plano, com vista a obter o consenso do público e do estratos sociais de Guangdong, Hong Kong e Macau quanto à construção da baía propícia para habitação, a fim de reforçar a influência internacional da baía junto da foz do Rio das Pérolas e do Grande Delta do Rio das Pérolas, tornando assim o Grande Delta do Rio das Pérolas num conjunto de cidades mais dinâmica na ásia-pacífico e dotado de competitiva internacional, permitindo assim à população de Guangdong, Hong Kong e Macau poder gozar uma vida de alta qualidade a nível mundial. Assim sendo, espera-se criar em conjunto o ambiente ecológico regional e uma rede de lazer e cultural regional, no sentido de optimizar a função regional, beneficiar o trânsito regional e a sua rede de comunicações, assim como transformar em conjunto a baía localizada na foz do Rio das Pérolas numa zona propícia para habitação com desenvolvimento sustentável, reforçando e sobressaindo assim o papel de Macau na coordenação do desenvolvimento regional. Os três governos de Guangdong, Hong Kong e Macau apostaram fortemente neste projecto, e a Administração de Macau e os serviços responsáveis pelo planeamento urbanístico dos dois territórios realizaram para o efeito vários encontros, estando actualmente na fase de elaboração do projecto, em que se continuará a acompanhar o estudo deste projecto.

Por outro lado, sob o tema do Estreitamento da Promoção da Cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, foi proposta a criação em "conjunto da esfera de vida de alta qualidade", no sentido de encorajar a elaboração conjunta do Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade. Nestas circunstâncias, foi realizado com o apoio das diversas partes, o estudo quanto aos seus trabalhos preliminares. E em 2010 continuar-se-á a estreitar a articulação com os Governos da Província de Guangdong e de Hong Kong, por forma a formalmente dar início à realização de estudo em matéria de planeamento urbanístico regional, que tem por objectivo elevar a qualidade de vida regional.

No que diz respeito aos trabalhos de estudo sobre o Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau, bem como o Estudo da Coordenação, Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico de Macau e a Região da Marginal Oeste do Delta do Rio das Pérolas, arrancar-se-á de forma científica e programada a cooperação regional em matéria de planeamento urbanístico, para servir de firme base para o desenvolvimento dos concretos trabalhos de coordenação e construção. Por outro lado, para fortalecer a base da gestão da política de tráfego entre Hong Kong, Shenzhen, Macau e Zhuhai, os serviços responsáveis pelo planeamento urbanístico e viário dos 4 territórios estão no momento a elaborar o plano faseado sobre a Pesquisa Estatística do Turismo e do Trânsito Transfronteiriço dos 4 Territórios, em que se virá compilar as informações em matéria de turismo e trânsito transfronteiriço dos 4 territórios, no sentido de se criar então a plataforma de troca e aproveitamento conjunto de informações sobre o turismo e o trânsito transfronteiriço, sendo que em 2010 vir-se-á reforçar a execução dos respectivos trabalhos.

## 2. Acelerar a coordenação entre Macau e Zhuhai e desempenhar a vantagem da entrada

A cooperação entre Macau e Zhuhai foi desde sempre uma das grandes apostas do Governo da RAEM, actualmente, no âmbito do Grupo de Ligação para a Cooperação entre Guangdong e Macau, criou-se o Grupo Específico de Cooperação Macau-Zhuhai, e com base neste facto foram ainda criados o grupo de trabalho destinado a transformação e elevação do nível do Parque Industrial Transfronteiriço de Zhuhai e Macau, o grupo para o planeamento urbanístico de Zhuhai-Macau, o grupo de estudo do ordenamento viário transfronteiriço e o grupo de trabalho sobre a cooperação em matéria aduaneira fronteiriça entre Zhuhai-Macau. Sendo ainda responsável pela realização do estudo, elaboração do plano, acompanhamento, concretização e supervisão da cooperação fronteiriça Zhuhai-Macau, assim como pela emissão de parecer sobre a implementação de medidas que visem permitir a construção de instalações cooperativas entre Zhuhai-Macau.

E relativamente ao planeamento urbanístico, realizar-se-á os trabalhos fulcrais de promoção do Estudo da Coordenação, Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico de Macau e a Região da Marginal Oeste do Delta do Rio das Pérolas e do Estudo sobre a Criação do Sistema para a Elaboração do Planeamento Urbanístico de Macau, no sentido de reforçar o regime de planeamento e estudo de sistema da Administração interna da RAEM, por forma a acompanhar as tarefas de coordenação de planeamento a nível regional em função do regime.

Espera-se que em 2010 se venha com base nestes preparativos continuar com o aprofundamento de cooperação do planeamento urbanístico de Macau e Zhuhai, por forma a construir um centro urbano dotado de condições para o desenvolvimento sustentável propício para habitação, e que transformem Macau e Zhuhai num Centro Internacional de Turismo e de Lazer, desempenhando assim activamente a vantagem da entrada no oeste do Delta do Rio das Pérolas.

## 3. Ligação das grandes infra-estruturas e criação da esfera de vida de alta qualidade

Os dois documentos directivos divulgados pelo Governo Central, as Linhas Gerais e o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha, conduziram à cooperação de Guangdong, Hong Kong e Macau através de bases direccionais para o desenvolvimento cooperativo, em que um dos principais trabalhos consiste em reforçar a ligação das grandes infra-estruturas de Zhuhai e Macau. Desde o corrente ano, virá acelerar o melhoramento de construção das infra-estruturas e da rede viária interna e externa. E a par de acelerar a construção de artéria principal ao longo da orla costeira para a ligação de fronteira marítima, terrestre e área, assim como o acesso da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e o COTAI, acelerar-se-á ainda a construção das instalações fronteiriças e elevar-se-á a capacidade de recepção fronteiriça.

Tendo em conta que a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é uma das grandes infra-estruturas transfronteiriças no âmbito da cooperativa entre Guangdong, Hong Kong e Macau, assim sendo com a entrada da nova era do desenvolvimento ao longo das margens dos quadrantes oeste e leste após a sua inauguração, esta se tornará numa importante faixa para os centros urbanos do Grande Delta do Rio das Pérolas e permitirá ainda coadjuvar para a elevação da indústria turística de Macau e para o desenvolvimento diversificado da sua economia. E em 2009, os trabalhos de construção da ponte obtiveram um desenvolvimento crucial e foram iniciados a sua execução bem sucedida nos finais do ano transacto. Presentemente, já iniciaram pelos governos de Guangdong e Macau os trabalhos respeitantes à elaboração do projecto aprofundado sobre o posto fronteiriço na ilha artificial da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, no sentido de participar activamente com Zhuhai na realização do estudo de viabilidade sobre a reserva de espaço para garantir a ligação do metro ligeiro no posto fronteiriço. No entanto, prosseguir-se-á a realização do estudo sobre a optimização dos vários postos fronteiriços e do estudo concepcional do túnel exclusivo para a ligação entre Macau e o novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, que também serão sucessivamente arrancados em 2010.

Por outro lado, iremos iniciar vários trabalhos de cooperação regional e internacional no âmbito de telecomunicações e tecnologias da informação, em particular com o aproveitamento de ligação das grandes infra-estruturas viárias, por exemplo a construção da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do sistema de metro, será reservado o espaço no canal ao longo do traçado para assentar os cabos de comunicação, no sentido de concretizar a criação de um auto-estrada das informações nos 3 locais.

# 4. Optimização das instalações fronteiriças e elevação da conveniência dos serviços aduaneiros

Para promover o desenvolvimento sustentável e coordenado entre Macau e os centros urbanos do Delta do Rio das Pérolas, será realizar o planeamento integral dos postos fronteiriços a longo prazo, além de construir no futuro um posto fronteiriço na ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Governo da RAEM irá ainda realizar um estudo sobre a viabilidade de construção do túnel subaquático e transfronteiriço entre Porto Interior e Ilha da Lapa. No que refere ao transporte marítimo, procurar-se-á melhor optimizar as instalações do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior e acelerar a construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Em 2010, se continuará sucessivamente promover a elevação da capacidade operacional dos postos fronteiriços através da ampliação das instalações fronteiriças, da separação entre a circulação de passageiros e de mercadorias e do reforço de ligação fronteiriça do transporte público, a fim de responder a necessidade de transporte face ao aumento em flecha do transporte transfronteiriço em termos de passageiros e mercadorias. Por outro lado, será ainda realizado um estudo de viabilidade sobre a ligação entre o metro ligeiro interurbano Guangdong-Zhuhai e sobre o metro ligeiro de Macau no Posto Fronteiriço da Ponte Flor de Lótus, prevê-se que a elaboração do plano geral da ligação ferroviária regional e a análise do estudo de viabilidade sejam concluídas no corrente ano. Relativa-

mente ao transporte aéreo, o intercâmbio e a cooperação dos aeroportos serão reforçados pelo fórum cooperativo dos 5 maiores aeroportos no Delta do Rio das Pérolas, com vista a procurar a simbiose, de acordo com o espírito de apoio mútuo, complementaridade e reciprocidade de privilégios e desenvolvimento harmónico, para criar uma rede do complexo do transporte marítimo, terrestre e aéreo.

# III - Planeamento urbanístico

## 1. Execução de aterros para os novos bairros

### 1.1 Planeamento de forma científica para os terrenos dos novos bairros e racionalização do seu aproveitamento seguido de amplas acções de consulta

Apesar do rápido desenvolvimento económico de Macau e da elevação significativa da qualidade de vida dos cidadãos, alcançados com o grande apoio do Governo Central, contudo, Macau se deparou com problemas relacionados com a falta de terrenos, em que limita o seu desenvolvimento sustentável. Assim sendo, veio o Governo da RAEM em 2006 submeter à consideração e aprovação do Governo Central o plano de execução de devidos aterros, assim como o seu plano de criação de novos bairros. Com o fundamento científico constante na avaliação realizada pelos serviços responsáveis do Estado e especialistas das áreas diferentes, veio o Conselho do Estado em Novembro do ano transacto autorizar formalmente o Governo da RAEM a executar aterros para os novos bairros, numa área aproximadamente de 350 hectares, no sentido de se criar condições para manter a estável prosperidade a longo prazo de Macau e o seu desenvolvimento sustentável.

Os novos bairros se distribuem num total de 5 zonas, em particular localizadas no quadrante leste e sul da Península de Macau e no quadrante norte da Taipa. E segundo as previsões, permitirão proporcionar para o Governo da RAEM terrenos para o desenvolvimento sustentável para as próximas duas ou três décadas, pelo que o seu plano geral é fulcral para o desenvolvimento secular de Macau.

Para o efeito a concretização das exigências no documento que foi aprovado pelo Governo Central que consiste na "elaboração de forma científica do plano urbano, distribuição adequada da malha urbana e aproveitamento conjunto dos recursos" e "reforço da cooperação, organização programada, incremento da gestão e avanço premeditado" e na articulação com a definição de Macau como "Centro Internacional de Turismo e de Lazer", virá o Governo da RAEM procurar sempre respeitar os interesses gerais dos cidadãos de Macau e alcançar a meta da RAEM que consiste no desenvolvimento sustentável a longo prazo e na criação de um ambiente propício para habitação, bem como no reforço das acções de defesa do ambiente circundante, e comprometendo ainda que os terrenos dos novos bairros não vão ser desenvolvidos com projectos ligados ao Jogo. E nesta perspectiva, em 2010 foi dado

início de forma faseada ao desenvolvimento dos trabalhos relacionados com a realização de estudo sobre o planeamento urbanístico dos novos bairros, procurar-se-ão a sua conclusão dentro do corrente ano e depois se seguirá a ampla recolha da opinião social através da participação pública, com o objectivo de se valer da experiência colectiva e aproveitar todas as ideias válidas, no sentido de elaborar um plano que por um lado possa articular com a actual situação de Macau, mas também por outro articular com o desenvolvimento sustentável de Macau.

## 1.2. Ampliação da rede rodoviária no sentido de aliviar o congestionamento de trânsito, bem como a concretização de construção das infra-estruturas para promover a ligação regional

Aproveitar-se-á ainda esta boa oportunidade do plano dos novos bairros para a realização em simultâneo do estudo do futuro do plano geral urbano para igualmente reforçar a promoção dos respectivos trabalhos, a realização de sério estudo sobre a relação entre o desenvolvimento dos novos bairros e a revitalização dos antigos bairros.

Para melhorar os cursos hídricos do canal de navegação, a execução de aterro será adoptado o modelo de aterro por meio de ilha artificial e por meio de aglomeração de várias zonas a conquistar ao mar, no sentido de se prolongar assim a orla costeira artificial e elevar a paisagem marítima.

Os terrenos afectos aos novos bairros destinados a construção de equipamentos comunitários, áreas verdes, praças, comunicações viárias e infra-estruturas representam não inferior a metade da área total dos terrenos a ser aproveitados, para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos. E espera-se que através do respectivo planeamento urbanístico seja melhorar os cursos hídricos do canal de navegação, reduzir assim o assentamento de lodo nas baías, reservando ainda devidamente terreno para a construção de habitação pública e o desenvolvimento diversificado da sua economia. Por outro lado, em articulação com o desenvolvimento da sociedade, se construirá mais um circuito externo ao longo da orla costeira em função do planeamento aos terrenos dos novos bairros, assim como será construída uma rede viária com os circuitos externos ao longo da orla costeira entre a Península de Macau e as ilhas, ligados por meio de ponte ou outro tipo de acesso, por forma a atingir a perspectiva futura da política de tráfego, ou seja a ligação de tráfego entre o centro histórico, zona antiga e zona nova, irá aliviar a capacidade de suporte das rodovias, bem como proporcionará os terrenos exclusivos para as infra-estruturas, de forma a reservar no futuro alguns espaços de ligação para os equipamentos de apoio viário entre os vários bairros ou regiões. No entanto, irá optimizar a paisagem urbana marginal de Macau e da Taipa, no sentido de articular com o planeamento da Província de Guangdong, para fazer a ligação com as diversas redes viárias amiga do ambiente das cidades e urbanos do Delta do Rio das Pérolas e criar assim futuramente em conjunto com o Zhuhai um passeio marginal ajardinado de renome mundial.

# 2. Implantação de um sistema de planeamento e gestão da cidade

## 2.1. Aprofundamento do estudo sobre o sistema de elaboração de planeamento, com o objectivo da implantação de um sistema prático e operacional

Com o intuito de melhorar o regime jurídico em matéria de planeamento urbanístico, o Governo da RAEM concluiu em 2008 o texto para a recolha de comentários sobre "Uma Abordagem Sobre o Estabelecimento de um Sistema de Planeamento Urbano Moderno e Científico", tendo ainda realizado amplas acções de auscultação junto da opinião pública. No âmbito da cooperação entre a Província de Guangdong e Macau, foi incumbido em princípios no ano transacto ao Centro de Estudo Urbano e Suburbano da Província de Guangdong do Departamento de Construção da Província de Guangdong a realização de um estudo mais aprofundado sobre o sistema de elaboração de planeamentos urbanísticos de Macau e da sua gestão. Na sequência disto, no ano corrente dar-se-á início a estudos aprofundados no âmbito do sistema para elaboração de um planeamento urbanístico, e respectivo conteúdo e grau de profundidade, bem como do processo de organização, elaboração e apreciação desse planeamento no sentido de estabelecer um sistema de planeamento urbanístico que corresponda às circunstâncias concretas do Território.

## 2.2. Elaboração de leis da urbanização para aperfeiçoar o sistema normativo desta área

Pretende-se que sejam elaborados por grupos especializados, com base no estudo do sistema para a elaboração do planeamento urbanístico, projectos de lei sobre o planeamento urbanístico e os respectivos diplomas complementares, por forma a determinar os fundamentos e os procedimentos legais para os sistemas administrativo e operacional do planeamento urbanístico. E em 2010 acelerar-se-á o andamento destes trabalhos, envidando-se esforços o mais rapidamente possível para que se entre na fase de produção legislativa. Estes grupos de trabalho serão ainda responsáveis pela realização de um estudo aprofundado sobre a viabilidade e as directrizes da criação de um serviço específico para o planeamento urbanístico, no sentido do mesmo se articular assim com os trabalhos de elaboração do projecto de lei e de produção legislativa do planeamento urbanístico e os respectivos diplomas complementares.

# 3. Assuntos importantes para realização de análise exclusiva

## 3.1. Elaboração do planeamento urbanístico global e concretização da concepção geral de urbanização

A economia de Macau tem registado um grande crescimento, o desenvolvimento urbano tem-se deparado com oportunidades e desafios sem precedentes, necessitando-se por isso

de proceder em breve ao estudo referente ao planeamento global do Território. Desde modo, deve-se participar activamente na integração regional e num desenvolvimento coordenado, promover ordenadamente uma diversificação adequada da economia, aprofundar as novas cooperações interurbanas para ampliação da área de desenvolvimento, reforçar a integração dos transportes regionais para promoção do tráfego de passageiros e de cargas, e proteger o património cultural urbano para aprofundar o desenvolvimento do turismo cultural, devendo-se também proteger o ambiente ecológico regional para optimizar o padrão de segurança ecológica, etc.

Em 2010, proceder-se-ão progressivamente aos estudos básicos referentes a diversos assuntos essenciais, analisando-se ainda os factores importantes, tais como os recursos humanos e naturais existentes, as estruturas das regiões e do Território, as limitações, as fases do desenvolvimento social e económico, no sentido de estabelecer uma fundação sólida para a situação excelente actual no desenvolvimento rápido e na cooperação regional, sendo assim, é necessário analisar prioritariamente a capacidade de suporte da cidade e beneficiar progressivamente o espaço urbano global para coordenar a introdução das grandes infra-estruturas, para além disso, deve-se ainda aperfeiçoar a divisão de função dos terrenos e as suas políticas do desenvolvimento, aliviar adequadamente a pressão sobre o suporte do ambiente, melhorar a qualidade global do ambiente através do aperfeiçoamento do ambiente pedonal das ruas e de estabelecer as políticas sobre "primazia dos transportes públicos" e "passeio ecológico", construindo progressivamente a imagem de Macau como cidade única.

Quanto à concepção urbanística, assinou-se no ano transacto com a "Associação de Planeamento da China" um "Acordo de Cooperação do Estudo sobre a Concepção Global Urbanística de Macau". O estudo irá abranger toda a área de terra de Macau, incluindo as zonas a serem conquistadas ao mar. Prevê-se para os próximos dois anos o acompanhamento e a conclusão deste trabalho.

## 3.2. Equilíbrio entre o desenvolvimento e a protecção das zonas históricas e o estudo da estratégia da respectiva revitalização

Macau tem um centro histórico mundial e ricos recursos em termos de cultura e de turismo. A fim de proteger, dinamizar e utilizar, será necessário proceder a um estudo sobre a estratégia de dinamização da zona histórica, a fim de disponibilizar aos trabalhos a realizar no futuro os princípios e os sentimentos orientais, no sentido de se tentar equilibrar e gerir a contradição entre desenvolvimento e conservação e entre actividades turísticas e vida quotidiana dos cidadãos, criando-se desde modo uma situação mutuamente benéfica.

A zona fulcral do estudo é a zona de protecção patrimonial e o interior é a zona classificada, estendendo-se depois para outras zonas. A zona das Ruínas de S. Paulo como o núcleo do património cultural do mundo será o ponto de partida daquele estudo. Reforçar-se-ão os trabalhos referentes à ligação e à arqueologia dos locais situados em torno dos

pontos históricos. O resultado do referido estudo será um precedente para os estudos urbanísticos a serem realizadas em outras zonas antigas.

# 4. Planeamento das pequenas zonas

Em 2010, continuaremos a realizar e a aprofundar os trabalhos relativos ao plano urbanístico das pequenas zonas em Macau, na Taipa e em Coloane, incluindo o estudo do planeamento urbanístico da zona norte da Taipa e o estudo urbanístico sobre a alteração da zona industrial de Pac On em zona habitacional, que já se encontram basicamente concluídos e que irão ser apresentados a tempo oportuno ao público e recolhidas as respectivas opiniões. No âmbito dos respectivos trabalhos, iremos iniciar sucessivamente estudo preliminar sobre a viabilidade da revitalização da zona industrial da Avenida de Venceslau de Morais no sentido de responder às exigências do desenvolvimento urbano e do aproveitamento adequado de terrenos e criar um bom ambiente habitacional e harmonioso para Macau.

A fim de se articular como crescimento da população das ilhas e responder às necessidades crescentes no âmbito dos serviços médicos, os departamentos de planeamento têm intensificado a realização de trabalhos preparatórios referentes à construção de um hospital nas ilhas, cujo local está previsto junto do COTAI e que será anunciado este ano o respectivo projecto de concepção após concluída a respectiva avaliação técnica. Em simultâneo, estamos a colaborar de forma activa com o grupo especializado para a escolha do local onde se irá construir o pavilhão dos pandas-gigantes, da execução do respectivo projecto de construção e do planeamento geral do ambiente envolvente.

Para além disso, iremos também proceder a diversos trabalhos de optimização no âmbito dos projectos dos bairros antigos de Macau, da Vila da Taipa e de Coloane, nomeadamente o reaproveitamento de espaços da Vila da Taipa e de Coloane e a respectiva revitalização, tudo no intuito de melhor preservar as singularidades de Macau e revitalizar os bairros antigos, assim como iniciar a execução dos trabalhos preparatórios para o reordenamento geral da zona do Porto Interior.

# 5. Reordenamento dos bairros antigos

## 5.1. Mútuo auxílio entre cidade nova e bairros antigos, a fim de alcançar a meta de desenvolvimento sustentável.

No ano 2010, consideramos o desenvolvimento sustentável como a directriz de planeamento, no sentido de acelerar o trabalho de vitalização, assim como promover o de reordenamento dos bairros antigos.

Esperando que poderia obter um mútuo auxílio entre cidade nova e bairros antigos mediante os diversos níveis, tais como no desenvolvimento e preservação, nos equipamentos públicos sociais, no trânsito e infra-estrutura etc, em modo de alcançar a meta de desenvol-

vimento sustentável. No aspecto de desenvolvimento e preservação, os terrenos a fornecer na cidade nova poderão proporcionar a base para criação de um ambiente adequado de habitação, permitindo assim absorver parte da população dos bairros antigos, e atenuar a densidade de aproveitamento dos bairros antigos assim como a pressão de utilização dos terrenos; Com esta oportunidade histórica de construção da cidade nova, ligando-se os recursos turísticos ribeirinhos de Península de Macau, Taipa e Coloane, e reforçando-se a ligação com os bairros antigos, em modo de brilhar mutuamente os recursos turísticos e culturais novos e antigos; Aumento dos equipamentos públicos nos terrenos da cidade nova, em prol de responder a necessidade da sociedade sobre a resolução de falta dos espaços nos bairros antigos; Quanto ao aspecto de trânsito, tendo optimizar a via circular externa, a construção do metro ligeiro e os equipamentos complementares de tráfego / infra-estrutura mais significativos mediante os terrenos da cidade nova, no sentido de melhorar e atenuar a pressão de tráfego dos bairros antigos.

## 5.2. Aceleração de legislação de lei e diplomas, e paralelamente, promoção de remodelação e embelezamento.

Desde o início do trabalho de reordenamento dos bairros antigos, o Governo da RAEM já se adopta um par de métodos para tratar o mesmo, ou seja, um é o impulsionamento dos trabalhos de reordenamento e a divulgação e consulta nos bairros antigos através de vários modelos, e o outro é a aceleração dos trabalhos de legislação de lei e diplomas.

De momento, o projecto do Regime Jurídico dos Bairros Antigos já entrou na fase de produção legislativa, e o Grupo de Trabalho Interdepartamental está a proceder à revisão do mesmo projecto de lei conforme as opiniões e sugestões em matéria legislativa apresentadas pelos serviços de assuntos de justiça, em prol de optimizar o mesmo, estando prevista a entrega ao Conselho Executivo no ano 2010 para debate pormenorizado, assim como a conclusão dos trabalhos de discussão dos regulamentos administrativos complementares.

## 5.3. Tendo ouvir as opiniões e sugestões dos cidadãos e promover a participação dos mesmos para o lançamento das decisões científicas com investigação e estudo rigoroso.

Tomando referência das regiões vizinhas sobre a instalação da estação de trabalho nas zonas de reconstrução, a secretaria provisória do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau instalada no Bairro Iao Hon será entrada em funcionamento em breve, tal também é considerada como a estação de comunidade de que é destinada a ponte para encurtar a distância entre a Administração e os habitantes do respectivo bairro, e ao mesmo tempo, irá continuar a realização de sessões de consulta específica "Ponto a Ponto e Frente a Frente", no sentido de ouvir seriamente as opiniões e sugestões dos cidadãos

sobre os temas de reordenamento dos bairros antigos mais preocupados pela sociedade, e proceder à ampla divulgação sobre o reordenamento dos bairros antigos mediante diversas formas.

### 5.4 Impulsionar a remodelação e recuperação da comunidade, e incentivar a participação directa dos residentes nas mesmas.

No presente ano, irá continuar os trabalhos de investigação e estudo rigoroso sobre a situação actual da comunidade de outros bairros antigos locais, criando assim uma base para a decisão científica do plano de reordenamento dos diferentes bairros antigos, e promovendo progressivamente a remodelação e recuperação da comunidade conforme os resultados dos inquéritos respeitantes aos desejos dos habitantes, em prol de apoiar e incentivar aos habitantes para reparação dos seus edifícios.

No ano 2009, o Governo colaborou com uma associação civil para dar um programa iniciado pela mesma como teste-piloto, efectuando a recolha das opiniões e sugestões dos habitantes por diversas formas, uma vez que pode alcançar a meta de ordenamento comunitário, assim como aumentar o conhecimento dos habitantes sobre o planeamento, impulsionando a iniciativa dos habitantes para participarem no planeamento comunitário. Na sequência disto, irá planear no ano 2010 a colaboração com outras associações sociais para continuar a promoção do trabalho de ordenamento dos bairros antigos nas diferentes zonas por esta forma de consulta pública da classe baixa para classe alta.

## IV - Gestão de solos

Dado que os solos são recursos muito preciosos, o Governo da RAEM cumprirá rigorosamente o princípio de usar intensivamente e racionalmente os terrenos, aproveitando ao máximo os terrenos a conquistar ao mar, bem assim como os actuais recursos de solos de Macau e estabelecendo um conjunto de diplomas legais completos com o intuito de gerir os recursos de solos da RAEM de uma forma sistemática e eficaz.

### 1. Promover os procedimentos dos trabalhos de auscultação e revisão da Lei de Terras

Em 2008 iniciámos os trabalhos de análise e revisão da "Lei de Terras" e dos respectivos diplomas legais complementares. Em Novembro de 2008 lançámos uma consulta pública sobre o "Texto para Consulta das Propostas de Revisão Preliminar da Lei de Terras" e dos diplomas legais complementares, tendo-se recolhido as opiniões e as sugestões da sociedade.

Para que a revisão da "Lei de Terras" e dos respectivos diplomas legais complementares consiga alcançar o objectivo pretendido que consiste em "conduzir ao crescimento económico de Macau e ao seu desenvolvimento social, bem como melhorar a qualidade de vida dos

cidadãos, através do devido tratamento e aproveitamento dos solos", foi encomendado pelo Governo a realização do estudo em causa a uma instituição académica para aprofundamento do respectivo projecto. O Grupo Consultivo de Especialistas criado por essa instituição académica apresentou o projecto preliminar de lei ao governo no início deste ano. O Grupo de Trabalho está a realizar o estudo e a análise profundos das opiniões e sugestões do respectivo relatório, no intuito de elaborar a revisão da "Lei de Terras" e dos diplomas legais complementares, assim como concluir o projecto dentro do corrente ano e aperfeiçoar o seu teor a fim de realizar uma nova consulta pública.

## 2. Continuar o combate à ocupação ilegal de terrenos e intensificar o tratamento de terrenos desaproveitados

Iremos estabelecer gradualmente o planeamento geral da utilização de terrenos e o plano anual, para que a utilização dos mesmos esteja de acordo com o desenvolvimento urbano de Macau. Neste sentido, continuaremos a fazer ajustamentos à política de habitação pública, reservando terrenos apropriados para o desenvolvimento de habitação social ou habitação económica, de acordo com as necessidades concretas da sociedade. E ao mesmo tempo, por forma a criar condições para a concretização do Projecto do Metro Ligeiro, iremos realizar as aquisições ou as trocas necessárias de terrenos para coadunar com os trabalhos de construção da 1ª Fase, de acordo com as necessidades concretas.

Em 2009 conseguimos reverter para a Administração com sucesso seis terrenos que foram ilegalmente ocupados. E para proteger melhor as florestas de Coloane, assim como tornar possível o desenvolvimento de certos terrenos do governo que foram projectados para finalidades definidas de acordo com o planeamento urbanístico existente, continuaremos este ano a operar em conjunto com outros serviços competentes no combate intensivo à ocupação ilegal de terrenos que prejudica seriamente os interesses do público, assim como ameaça a ordem social. Aos ocupantes ilegais dos terrenos do governo que não procederam à remoção e limpeza dos materiais existentes nos terrenos ocupados nem à devolução dos mesmos ao Governo dentro dos prazos fixados, o Governo a efectuará os trabalhos de desocupação e devido ao seu incumprimento e de acordo com os diplomas legais serão obrigados a pagar as respectivas despesas e ser-lhes-ão aplicada ainda uma multa.

Por outro lado, para salvaguardar o aproveitamento razoável dos terrenos concedidos pelo Governo dentro do prazo estabelecido e para desenvolver um papel adequado da concessão de terrenos na adaptação e fomentação do desenvolvimento da sociedade, estamos a planear resolver ordenadamente as questões relativas ao tratamento dos terrenos desaproveitados e os casos de incumprimento dos contratos de concessão, assim como classificá-los em diferentes graus de gravidade. Planeamos também resolver os casos de maior gravidade, dando particular relevo às concessões de terrenos cujos prazos vão expirar brevemente, resolver os pagamentos dos prémios em atraso a longo prazo e ainda os casos em que os terrenos concedidos nunca foram aproveitados para o seu desenvolvimento. Simultaneamente,

planeamos estudar a revisão do clausulado dos contratos de concessões, normalizando as cláusulas dos contratos de concessões e de renovações, reforçando a supervisão do cumprimento das disposições do contrato de terreno por parte dos concessionários.

## 3. Promover os trabalhos de classificação dos terrenos e aumentar a respectiva gestão

Os trabalhos mais importantes na área da gestão dos terrenos deste ano são: dar continuidade ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos procedimentos dos contratos de concessões de terrenos, promovendo positivamente os trabalhos relativos ao estudo da classificação dos terrenos. Isto tudo tem um significado positivo na elaboração da política de gestão de solos a longo prazo, na utilização dos recursos dos solos, no aperfeiçoamento do mecanismo para a gestão de solos e no reforço dos trabalhos de monitorização do cumprimento dos contratos de concessões de terrenos. Procuraremos em concluir e implementar os respectivos trabalhos dentro deste ano.

## 4. Continuar a optimização do Regime de Audiência Pública e aumentar o grau de transparência das informações sobre terrenos

No intuito de permitir ao público conhecer os procedimentos das concessões de terrenos e para melhor responder às exigências da sociedade no que diz respeito ao aumento do grau de transparência de informações relativas a terrenos, efectuámos em 2009 várias "audiências públicas sobre concessões de terrenos", permitindo a participação do público e obtendo os resultados previstos. Com base nas experiências obtidas das consultas anteriormente realizadas, este ano vamos superar essas imperfeições e aperfeiçoar o Regime de Audiência Pública sobre as Concessões de Terrenos. Nesta perspectiva, iremos considerar a ampliação gradual dos casos de concessões de terrenos.

Com base no actual Regime de Audiência Pública, planeamos optimizar os trabalhos de consulta pública, estudar a recolha de opiniões por meio de canais sistematizados, por forma a aumentar a sua recolha e de formas variadas. Além daquilo que foi referido anteriormente, planeamos enriquecer e desenvolver o conteúdo da "Rede de Informação Cadastral" e também optimizar as suas funções aumentando o grau de transparência dos assuntos relativos aos terrenos.

# V - Urbanização

Em 2010 no intuito de melhorar a imagem da cidade, vamos aperfeiçoar os trabalhos de infra-estruturas da cidade e aumentar a eficácia dos trabalhos relacionados com os departamentos de infra-estruturas.

# 1. Promover a construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Montanha e procurar concluir as obras dentro dos prazos determinados

No intuito de concretizar a construção do projecto "Novo Campus da Universidade de Macau" na Ilha de Montanha dentro de 3 anos, os respectivos serviços públicos ou entidades e a Universidade de Macau estabeleceram meios favoráveis e eficazes na comunicação entre os mesmos. Em Fevereiro do corrente ano, para dar apoio ao Governo na promoção da construção do "Novo Campus da Universidade de Macau" na Ilha de Montanha, criou-se uma comissão de cooperação para esse fim.

Vamos acompanhar activamente o andamento dos respectivos trabalhos, assim como realizar os trabalhos do projecto do túnel de ligação ao novo campus, procurando concluí-lo em 2012 para poder entrar em funcionamento em conjunto com o campus da Universidade de Macau na Ilha de Montanha.

A obra de construção da ilha artificial em Zhuhai teve o seu arranque em 15 de Dezembro de 2009 e o seu prazo de execução está previsto para 3 anos. Nesse período, iremos continuar a aprofundar o estudo do projecto preliminar da ilha artificial da zona fronteiriça de Macau, assim como estudar e analisar em conjunto com Zhuhai as questões relacionadas com as ligações das fronteiras das 2 regiões. Em relação aos estudos de viabilidade da ligação das interfaces dos postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau e de optimização dos vários portos procuraremos concluí-los nos próximos 3 anos.

# 2. Articulação com o desenvolvimento das Ilhas e optimização da rede rodoviária

A fim de articular com o desenvolvimento a longo prazo das Ilhas, está a ser estudada a construção de um túnel a leste do Reservatório de Ká-Hó que ligará a Estrada da Barragem de Ká-Hó à Estrada de Nossa Senhora de Ká-Hó, um túnel situado na Taipa Grande e um anél viário que fará a ligação entre a zona do COTAI e o exterior.

Para além disso, iremos continuar, durante este ano, a desenvolver estudos sobre o projecto da construção da 4.ª ponte de ligação entre Macau e as Ilhas, estando nele projectado o percurso ao longo da península de Macau com a ligação às Ilhas, disponibilizando aos cidadãos mais uma via de acesso entre Macau e as Ilhas, o que irá contribuir não apenas para aliviar o pressão do trânsito sentida nas 3 pontes actuais, mas também para a coordenar ao planeamento urbano nos novos aterros e a Ponte entre Hong Kong, Zhuhai e Macau. Baseando-se nas ligações entre Macau com o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, o Aeroporto e o COTAI, criar-se-ão melhores condições de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

## 3. Simplificação dos circuitos de realização de concursos públicos e de apreciação de propostas e promoção da execução de obras públicas.

Em 2010, temos de continuar a prestar atenção às circunstâncias externas e às situações do mercado da RAEM a fim de lançarmos oportunamente obras públicas. As obras públicas em que planeamos realizar concursos públicos ou executar obras de construção no corrente ano não só são os projectos relativos à habitação pública e à 1ª fase da obra de construção do Metro Ligeiro como também os projectos relativos à 1ª fase da obra de ampliação do Centro Hospitalar Conde de São Januário, à obra de construção do Centro de Socorro de Emergência dos Bombeiros em COTAI , à 1ª fase obra de construção do novo estabelecimento prisional em Coloane, etc. Por outro lado, continuamos a promover o empreendimento do Parque Central na Taipa para assegurar eficazmente a sua concretização, no sentido de se melhorarem os equipamentos públicos das ilhas.

A fim de responder ao pedido feito pelo respectivo sector, os Serviços de Obras Públicas irá simplificar e regularizar progressivamente as tramitações de concursos públicos de obras públicas e da apreciação das propostas, exemplo como: desde Janeiro do corrente ano, tem sido aceite que as empresas que participam em concursos públicos de obras públicas apresentem apenas uma cópia autenticada da certidão de dívida; no referido mês, também foram adoptadas as medidas relativas à normalização dos requisitos e das condições necessárias para participação em concursos públicos de obras públicas. Entretanto, iremos continuar a prosseguir os trabalhos de optimização, para melhorar a prestação dos serviços aos cidadãos, contribuindo ao mesmo tempo para melhorar a eficiência na apreciação de propostas.

## 4. Reforço da supervisão ao andamento de execução de obras e assegurar o benefício do respectivo sector privado

A fim de as obras lançadas se poderem articular oportunamente com o desenvolvimento da sociedade e beneficiar o sector da construção da RAEM, criámos um grupo de trabalho especializado que se responsabiliza por acompanhar e tomar conhecimento do andamento das obras públicas e da execução do orçamento do PIDDA dos Serviços de Obras Públicas, optimizar a gestão interna com eficácia, melhorar o controlo dos respectivos circuitos dos trabalhos relativos à realização de concursos públicos e à apreciação de propostas, etc. O grupo procederá no corrente ano a um estudo para a elaboração de medidas para promoção da supervisão às obras públicas, designadamente, medidas relativas à concretização de um regime mais justo, imparcial e aberto no âmbito do lançamento de obras públicas e à implementação de um mecanismo de efectivação de responsabilidades e de recompensas e punições.

Além disso, os Serviços de Obras Públicas adoptarão meios, designadamente, a execução dos respectivos trabalhos no período preparatório de realização de concursos públicos e a colaboração constante com os respectivos Serviços no reforço dos trabalhos de inspecção a locais de obras para salvaguardar os direitos e interesses dos operários da construção residentes.

## 5. Aceleração da apreciação dos projectos de obras de construção particulares e promoção dos trabalhos relativos à urbanização

A urbanização de uma cidade não abrange apenas as obras de infra-estruturas da cidade lançadas por parte do Governo como também as obras de construção particulares, por isso, a promoção da optimização dos circuitos administrativos internos dos Serviços de Obras Públicas e o melhoramento da apreciação dos projectos de obras de construção particulares continuam a pertencer ao âmbito dos nossos trabalhos a que daremos mais consideração no corrente ano.

A fim de encurtar o tempo da apreciação dos projectos de obras de construção particulares, os Serviços de Obras Públicas procederam em 2009 à simplificação, à optimização e ao lançamento a título experimental de 13 pedidos relacionados com as construções particulares e os mesmos já começaram a ser utilizados em Janeiro de 2010. No corrente ano, serão gradualmente elaborados modelos de requerimento gerais relativos aos diversos pedidos de execução de obras e aos respectivos documentos que necessitam de ser entregues para simplificar os serviços relativos a pedidos. Ao mesmo tempo, planeamos também que através da mais divulgação de informações permitirá que os requerentes tomem conhecimento prévio das exigências do Governo e dos padrões de apreciação a fim de melhor prepararem os trabalhos relativos a pedidos, encurtando-se o tempo de deslocação aos Serviços do Governo por motivo de insuficiência de documentos relativos a pedidos por parte dos requerentes e contribuindo assim para encurtar o tempo de apreciação dos mesmos.

Planeamos proceder, de acordo com os tipos de obras, a um estudo da optimização e da anexação dos serviços relativos a pedidos de execução de obras e de licenciamento de obras para a elaboração do formato de um novo pedido, a fim de simplificar os circuitos de apreciação através de um processamento e apreciação conjunto dos pedidos. Além disso, também planeamos que no âmbito dos trabalhos de optimização de circuitos, para além de apreciação e aprovação de projectos, será abrangida a fiscalização de obras, contribuindo para os Serviços de Obras Públicas melhorarem a sua eficácia dos trabalhos.

Quanto ao aumento da transparência das respectivas informações, através da internet, faremos o upload das informações relativas a construções com que os cidadãos e o respectivo sector mais se preocupam para efeitos da consulta pública, designadamente, As condições fundamentais a que se devem obedecer no âmbito da apreciação e aprovação de pro-

jectos; As condições fundamentais relativas a pedidos de realização de vistorias de edifícios; As informações fundamentais dos edifícios cuja execução das obras ficará concluída.

## 6. Estudo da elaboração de medidas para combate rigoroso às obras ilegais

A fim de gradualmente tratar melhor os assuntos de obras ilegais existentes na RAEM, procedemos no ano transacto a uma revisão das disposições administrativas do Regulamento Geral da Construção Urbana, tendo realizado no fim do mesmo ano uma consulta pública sobre a sua versão revista. O Governo está a realizar de forma activa os trabalhos relativos ao tratamento e à análise das opiniões recolhidas no sentido de iniciar a fase seguinte da revisão das disposições. A fim de combater as novas obras ilegais surgidas durante o período da revisão do regulamento, estamos a realizar os estudos da elaboração de várias medidas em termos administrativos, técnicos e práticos para combater as mesmas, designadamente, a criação de um grupo especializado de execução interdepartamental, a realização de um estudo da adaptação das medidas de interrupção de abastecimento de água e de energia eléctrica para tratamento dos casos graves de obras ilegais da RAEM e a aplicação de tecnologia para tomar exactamente conhecimento das situações respeitantes a obras ilegais na RAEM, etc.

Apesar do Governo não adoptar a forma de medida "corte imediato" para o tratamento das obras ilegais existentes, mesmo assim, tratará com prioridade os casos em que existam eventualmente problemas sobre a segurança no sentido de assegurar a segurança pública. Os Serviços de Obras Públicas já criaram um grupo especializado reforçando a inspecção e a acção e procedendo a um tratamento vigoroso nos termos legais para os novos casos de obras ilegais.

## 7. Revisão de regulamentos para melhorar a eficiência dos trabalhos

A fim de melhorar a eficiência de execução no âmbito da apreciação, aprovação e fiscalização de obras de construção particulares e do tratamento de obras ilegais bem como satisfazer as necessidades de desenvolvimento da sociedade da RAEM, procedemos no ano transacto à revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana o qual já está em vigor há mais de 20 anos. A 1ª fase da respectiva consulta pública do texto para recolha de comentários sobre as disposições administrativas do mesmo ficou concluída em Fevereiro do corrente ano. Tentamos concluir no 1.º Semestre do ano 2010 a elaboração da proposta de revisão da parte administrativa do Regulamento Geral de Construção Urbana. Desejamos que o diploma a ser revisto apresentará um regime jurídico mais eficaz que poderá satisfazer melhor as necessidades concretas da sociedade com o objectivo de promover o desenvolvimento do sector da construção e dos respectivos profissionais, salvaguardar os direitos e os interesses dos cidadãos e melhorar a eficácia administrativa do Governo.

Procuramos também desenvolver no corrente ano os procedimentos de legislação do Regulamento de Segurança contra Incêndios cuja consulta pública foi realizada no fim de 2009. Quanto às disposições técnicas do Regulamento Geral da Construção Urbana, os trabalhos relativos à sua revisão ficarão concluídos no ano de 2010 e realizar-se-ão as respectivas consultas públicas.

Para além disso, face ao desenvolvimento da sociedade, o Governo tem promovido continuamente, conforme o planeado, a criação do regime referente à exigência da qualificação profissional dos arquitectos e engenheiros civis, electrotécnicos e mecânicos. Foram criados no passado uma comissão consultiva e um grupo de trabalho para procederem aos necessários estudos sobre esta matéria. Após a conclusão desses estudos, em 2009 foi concluída a elaboração do projecto base da lei do "Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos no Âmbito da Edificação e do Urbanismo" e do regulamento administrativo complementar, prevendo-se a conclusão dos respectivo processos legislativos no decurso do corrente ano.

# VI - Habitação

O objectivo das políticas de habitação consiste em apoiar as famílias mais carenciadas na elevação da sua qualidade da vida e será ajustado de acordo com as mudanças sociais. Nas futuras políticas de Habitação, a habitação social irá ter um papel principal, sendo que a habitação económica terá um papel secundário, constituindo os planos de apoio financeiro medidas suplementares. Estas medidas, tem em vista um melhor aproveitamento dos recursos públicos, a fim de apoiar as famílias mais carenciadas na resolução das suas dificuldades habitacionais. Em simultâneo, a par da concretização faseada do objectivo de construção de 19 000 fracções de habitação pública até 2012, iremos, ouvindo a população, elaborar as estratégias de desenvolvimento de habitação pública dos próximos dez anos baseadas em métodos científicos e propostas viáveis, de modo a incentivar as empresas privadas a construírem fracções habitacionais com área reduzida e com preço de venda mais baixo.

Atendendo a que um dos trabalhos mais importantes no futuro é a conservação e a administração dos edifícios, neste ano, iremos ter em consideração a criação de um plano de apoio financeiro para inspecção de edifícios com mais de 30 anos de idade, bem como estudar planos viáveis para dar apoio na reparação e conservação de edifícios envelhecidos, com vista e salvaguardar a vida e o bem estar dos residentes e optimizar o ambiente comunitário.

## 1. Acelerar a construção de habitação pública, reforma do regime de habitação económica

No intuito de apoiar os residentes no alívio da pressão sentida com os custos da habitação, o Governo da RAEM continua a promover e concretizar a construção de habitação pública. A criação de um grupo de trabalho, permitirá acompanhar a construção, faseada, de 19 000 fracções de habitação pública até 2012. As habitações públicas que possam concluir

dentro do ano são: habitação económica Veng Leng da lote HR/HS; habitação social Cheng Choi, na Ilha Verde e 1.ª Fase da habitação social de Mong Ha.

Ao mesmo tempo, procedeu-se ao estudo do reaproveitamento das habitações sociais existentes, tendo sido analisados e seleccionados os bairros de habitação social que reúnem condições de reaproveitamento, nomeadamente urgência de reestruturação e benefícios decorrentes do reaproveitamento. Iremos focalizar os edifícios com maior idade e com baixa taxa de aproveitamento do terreno. Entre eles, o Bairro Social do Fai Chi Kei será o primeiro edifício a ser reconstruído, estando prevista a conclusão dos trabalhos de realojamento dos moradores para 2010, iniciando-se em seguida o projecto de reconstrução.

O lote TN27, sito na Estrada Coronel Nicolau de Mesquita, na ilha da Taipa, é o primeiro projecto de habitação económica construído com investimento directo do Governo, estando a sua conclusão prevista para o decurso do próximo ano. Em princípio, nas futuras construções de habitação pública será adoptado o mesmo método com vista de reforçar a iniciativa e flexibilidade da construção de habitação pública. Em relação ao projecto de construção de habitação pública em Seac Pai Van, na ilha de Coloane, já se procedeu no ano passado às primeiras obras de nivelamento da zona do estaleiro, estando-se actualmente em fase da concepção das infra-estruturas e dos edifícios, prevendo-se o início das obras ainda no decurso deste ano.

Quanto aos trabalhos de revisão dos diplomas reguladoras de habitação económica, os projectos dos diplomas de revisão já estão na fase final, sendo submetidos brevemente à apreciação pelo Conselho Executivo e pela Assembleia Legislativa. Aproveitando esta oportunidade de revisão e em observação do princípio de bom aproveitamento dos recursos, foram analisadas globalmente as condições de aquisição de habitação económica, nomeadamente a fixação do limite máximo e mínimo dos rendimentos, a prorrogação do prazo de inalienabilidade, o pagamento do valor de diferença na alienação da fracção, e a possibilidade de vender aos outros agregados familiares que são candidatos a habitação económica. Por outro lado, para melhorar os trabalhos de atribuição das fracções, iremos analisar o regime de distribuição de fracção em vigor, além da classificação e ordenação actual, iremos ainda estudar a possibilidade de introduzir outras formas da atribuição adaptadas com os factores da quantidade de oferta e o tempo de construção de habitação económica.

## 2. Elaboração da estratégia de desenvolvimento de habitação pública, elevação da participação pública nos assuntos de habitação

De modo a elevar a cientificidade das decisões, aumentar a transparência de acção governativa e satisfazer as necessidades da população. No ano em curso, iremos criar um grupo especializado para elaboração das "Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública (2010-2020)", com objectivo de procurar o futuro caminho e revelar a posição de habitação pública na presente sociedade, entretanto, o grupo irá recolher os dados relacionados com habitação, realizar análises e incentivar a participação pública nos assuntos sobre habitação.

Depois de elaborar as linhas gerais da Estratégia, iremos auscultar a opinião pública, e condensar uma política de desenvolvimento de habitação pública que seja adequada à realidade de Macau.

Tendo em conta a procura de habitações, o tempo médio em lista de espera de habitação social, a proporção das habitações sociais e económicas e os planos de apoio financeiro a curto prazo, iremos estudar medidas multifacetadas, que observando os princípios de cuidar os mais urgentes e importantes, iremos apoiar, em primeiro, as famílias mais carenciadas e que não tenham capacidade para suportar os elevados custos das rendas no mercado imobiliário, a arrendar fracções de habitação social. Em segundo, iremos criar medidas para aquisição de habitação própria, destinadas a famílias que possuem razoável capacidade económica mas que têm dificuldades para adquirir uma habitação no mercado livre. A par disso, iremos acompanhar a evolução do mercado imobiliário, para elaborar as estratégias e implementar medidas adequadas em cada fase dos trabalho, de modo a incentivar as empresas privadas a construírem fracções habitacionais com área reduzida.

## 3. Criação de uma base de dados sobre edifícios, elevar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário

Em Junho do ano transacto, foi lançado o "Regime de Bonificação de Juros de Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria" e o "Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria". Entretanto, iremos avaliar os resultados dos planos no termo das suas vigências, no ano corrente. Ao respeito destes planos, o Governo tem uma posição aberta, em que irá ouvir a opinião e sugestões das camadas sociais, e depois realizar densas análises e estudos.

Relativamente ao mercado imobiliário privado, o Governo da RAEM reforçará os mecanismos de fiscalização e o aperfeiçoamento das legislações, para elevar a transparência de informação do mercado imobiliário, diminuindo o risco da instabilidade por falta de informações. Procuraremos que o mercado imobiliário possa funcionar com mais eficiência e que se possa desenvolver saudavelmente. Em simultâneo, tomaremos as medidas necessárias para que a população possa aceder aos dados estatísticos precisos, tornando o mercado mais transparente. Entre outras, o Governo está a proceder a criação de uma base de dados de informações imobiliárias, incluindo as informações sobre a quantidade mensal de compra e venda de habitações, o número de habitações construídas, etc.. Tal procedimento tornará o mercado imobiliário mais transparente e racional.

## 4. Reforço do trabalho de administração e de conservação de edifícios, elevação da qualidade do ambiente habitacional

Considerando o aumento do número de edifícios envelhecidos, torna-se indispensável proceder a trabalhos de promoção e divulgação da administração e conservação de edifícios

e ao mesmo tempo dar melhor conhecimento aos proprietários das suas responsabilidades e obrigações. O Governo tem promovido apoios necessários para manutenção dum ambiente habitacional agradável e duma comunidade harmoniosa.

No corrente ano, será mantido o funcionamento do "Fundo de Reparação Predial" (criado em 2007), prorrogar o "Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios", o "Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios", o "Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios", o "Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos" e "Plano de Apoio a Projectos de Reparação de Edifícios", os quais dispõe de serviços "one-stop" e de apoio técnico aos proprietários particulares.

O "Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios", criado em coordenação interdepartamental há um ano, tem concedido um valioso apoio aos residentes na resolução dos problemas de infiltrações de água nos edifícios. Neste momento, estamos a proceder ao estudo e análise das experiências obtidas. Considerando a experiência adquirida, a adesão dos proprietários e da administração dos edifícios é crucial para a resolução dos problemas, em que o poder público e o apoio técnico constitui um complemento para o aumento da probabilidade da sua resolução. A indiferença de alguns proprietários, impediu o acompanhamento e resolução de alguns casos. Mesmo assim, iremos continuar a prosseguir as nossas atribuições, nos termos da lei, para acompanhar e resolver os casos problemáticos, através de sensibilização e incentivos por plano de apoio financeiro e chamando a atenção da população sobre a importância de conservação de edifícios. Além disso, estamos a pensar em promover um plano de apoio financeiro para inspecção de edifícios com idade superior a 30 anos, e demais planos viáveis para ajudar os pequenos proprietários com dificuldades económicas, assegurando o bem-estar da população.

Quanto às medidas para elevar a qualidade das actividades de administração de condomínios, iremos reforçar a profissionalização e regulamentação destas actividades. Após a primeira consulta sobre o "Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Edifícios e da Profissão de Pessoal Administrativo", foi concluída a elaboração do projecto de diploma legal, estando, neste momento, a decorrer a segunda auscultação pública junto do sector privado. Estão previstas no diploma disposições sobre o funcionamento da actividade das empresas de administração de edifícios e a qualificação profissional dos trabalhadores deste sector. Com a publicação e aplicação do diploma, prevemos que os serviços de administração de edifícios entrarão numa nova fase. Prevê-se que o procedimento legislativo seja concluído no ano corrente.

Além disso, iremos proceder ao ajustamento final do projecto do diploma do "Centro de Arbitragem de Administração Predial", prevendo-se que estejam reunidas as condições para criar este centro de arbitragem no corrente ano, que visa promover a resolução de conflitos na área da administração predial e condomínios, proporcionando à população um meio de resolução facilitada e mais acessível.

Além do reforço dos apoios e regulamentação, iremos iniciar os trabalhos de divulgação e sensibilização, de forma a elevar a adesão dos residentes à reparação e conservação

de edifícios. No futuro, iremos continuar a intensificar os trabalhos de sensibilização e divulgação sobre a promoção de reparação e conservação de edifícios, a fim de dinamizar os proprietários a prestarem atenção aos seus condomínios e cumprirem as suas obrigações e responsabilidades.

## 5. Acréscimo das atribuições do Instituto de Habitação e criação do Conselho Consultivo de Habitação Pública

Os factos de expansão económica e do crescimento demográfico irão induzir o aumento gradual do número dos edifícios privados e de habitações públicas. Por conseguinte, a quantidade ou carga de trabalho de administração de edifício irá aumentar. O "Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Edifícios e da Profissão de Pessoal Administrativo" já entrou em procedimento legislativo, estando previsto que as funções de licenciamento e controlo serão cometidas ao Instituto de Habitação (IH). Com um maior número de atribuições, torna-se necessário proceder à reorganização da estrutura orgânica do IH, para poder aplicar o regime de licenciamento das empresas de administração de edifícios, avaliar e reconhecer a qualificação profissional do pessoal, bem como dar apoio ao "Centro de Arbitragem de Administração Predial". Tentaremos concluir os trabalhos de reestruturação orgânica no corrente ano.

No sentido de elaborar e concretizar com mais eficiência as políticas de habitação, estamos a estudar a criação de um "Conselho Consultivo de Habitação Pública", que será uma plataforma de audição e de recolha das opiniões e sugestões das camadas sociais e da população que têm sobre as políticas de habitação, para disponibilizar um adequado meio ao público de participação no procedimento de elaboração das referidas políticas, e para aumentar a transparência de acção governativa. Com a criação do Conselho poderá promover-se a relação dinâmica e interactiva entre o Governo e a população, de modo a elevar a aceitação e o reconhecimento das políticas de habitação pública.

# VII - Área de Trânsito

Do ponto de vista do desenvolvimento urbanístico global e a longo prazo, o sistema de trânsito de Macau deve ser assumido com carácter contínuo e estratégico. Os trabalhos relativos ao Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau a desenvolver durante 2010 têm como objectivo definir atempadamente um pacote de políticas de trânsito e transportes terrestres que apontem para o futuro desenvolvimento, no sentido de melhorar gradualmente a qualidade de vida da população e concretizar o objectivo de transformar Macau como um "Centro Internacional de Turismo e de Lazer". Paralelamente, continuamos a prosseguir a estratégia da "primazia dos transportes públicos", a implementar de forma ordenada o sistema de metro ligeiro, a racionalizar as funções dos meios de transportes públicos e estreitar a interligação dos mesmos, estabelecendo um sistema integrado de transportes públicos urbanos. Este ano será um ano para a concretização da adjudicação dos serviços de autocarros, o desenvolvimento intenso do sistema inteligente de trânsito, o

estudo da utilização de um passe abrangente que seja um modelo de pagamento electrónico uniformizado mais compatível e ainda a instalação do sistema de informação do posicionamento em tempo real dos autocarros que facilite as deslocações dos cidadãos e visitantes.

Entretanto, face às alterações resultantes do desenvolvimento regional e em adaptação ao rumo do desenvolvimento que a RAEM segue, continuamos a aperfeiçoar o planeamento e gestão de trânsito urbano. Iremos criar o "Centro de Controlo e Informação do Tráfego" que visa reforçar o controlo do trânsito; implementamos incentivos fiscais para estimular a utilização dos veículos amigos do ambiente; tomamos parte no planeamento do trânsito e transportes regionais, reforçando a articulação e colaboração com a rede de trânsito e infra-estruturas transfronteiriços dos territórios vizinhos. Por outro lado, depois do termo dos contratos de concessão dos serviços do Aeroporto Internacional de Macau, não iremos adjudicar nova concessão, introduzindo um maior número de prestadores de serviços, transformando Macau como destino dos visitantes. Vamos estabelecer uma cooperação com o aeroporto de Zhuhai para elevar o efeito sinérgico, aumentando a capacidade de transporte dos portos marítimos, terrestres e aéreos. Salvaguardamos a segurança do canal marítimo para uma rede de trânsito moderna e ecológica de qualidade acessível a todos, fazendo com que Macau se torne uma cidade habitável e turística.

# 1. Política de trânsito urbano

## 1.1. Planear de forma científica a futura rede de trânsito em harmonia com o desenvolvimento urbano

Devido ao rápido desenvolvimento económico que se tem registado nos últimos anos em Macau, a população, tanto a residente como a flutuante, aumentou substancialmente, daí resultam novas exigências para o ambiente de trânsito e transportes, e por maioria de razão, o planeamento relativo à rede de trânsito, perante a estratégia do desenvolvimento do espaço da integração regional e a necessidade trazida pelo desenvolvimento contínuo da cidade, deve ainda ser mais apontado para o futuro desenvolvimento. Para estar a par dos hábitos e das necessidades das deslocações da população e dos visitantes, no intuito de elaborar um conjunto de políticas e planeamentos de trânsito a longo prazo, o "Grupo de Trabalho do Estudo de Trânsito e Transportes de Macau", que integra vários serviços públicos, a partir da base do "Inquérito dos hábitos de deslocação", "Análise da rede rodoviária de Macau" e "Pesquisa sobre as instalações de trânsito dos postos fronteiriços de Macau e características das viagens dos visitantes", vai prosseguir com a elaboração do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020). Que através de das opiniões recolhidas durante o período de preparação, e tida na interacção com a população, desejamos preparar um texto de recolha de opinião no 3.º trimestre do ano, para dar possibilidade de condensar, nos finais do ano, uma política de tráfego para curto, médio e longo prazo, e uma programa de aplicação, que mais tarde serão aplicadas progressivamente. Tal estudo do quadro de políticas de trânsito e transportes terrestres, em articulação com o desenvol-

vimento dos postos fronteiriços e aeroporto, será também utilizado para acompanhar, de forma geral, o funcionamento do trânsito da RAEM e para a análise científica do futuro planeamento de trânsito, para além de medidas de controlo da posse e utilização de veículos. Entretanto, em adaptação aos hábitos de deslocação da população, será feito o estudo da combinação do sistema de metro ligeiro com outros meios de transporte público e da disposição estratégica de outras instalações; e o estudo do planeamento de trânsito acessível e rápido, em articulação com as "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" e da visão preconizada pelo Plano Conceptual para o Desenvolvimento Urbano, para servir de referência da política, estratégias e medidas de trânsito até 2020.

No que respeita à rede rodoviária da nova zona urbana e reserva das instalações de transporte público, entre outros planeamentos, serão aproveitados cabalmente os espaços da superfície, superior (em cima de construções) e subsolo, mediante planificação conjunta de vários serviços competentes, com vista a criar um sistema de trânsito acessível, rápido e circulatório. Entretanto, em articulação com o desenvolvimento da indústria turística da RAEM, será também feito, através da cooperação entre os serviços públicos com atribuições na área do planeamento, da cultura e do turismo, o estudo do aperfeiçoamento do planeamento do trânsito nos pontos turísticos, sobretudo a coordenação de circulação de veículos e de peões nas proximidades dos centros históricos, criação de lugares de estacionamento nos pontos turísticos e postos fronteiriços ou optimização das instalações de estacionamento, assim como aperfeiçoamento da ligação dos transportes públicos.

Em termos do planeamento e disposição relativos à optimização do sistema pedonal, foi finalizado o estudo de viabilidade da criação do sistema pedonal, e com base no resultado deste estudo, serão criados dois sistemas pedonais, um na Península e outro na Taipa. Depois do concurso público para a adjudicação da construção do percurso experimental da Taipa, lançado durante 2010, o aperfeiçoamento das instalações de trânsito da sua periferia e a funcionalidade geral da ligação serão também objecto de avaliação. Quanto ao percurso da Península de Macau, começará pela optimização do ambiente do percurso experimental e a realização de algumas obras. É através do alargamento dos passeios, da construção nos locais adequados de instalações de atravessamento pedonal tridimensional, espaços de circulação pedonal sem barreiras arquitectónicas e embelezamento das vias públicas que se optimiza o ambiente dos espaços públicos e ambiente pedonal.

O Grupo de Coordenação das Obras nas Vias Rodoviárias, criado em 2009, vai reforçar no ano corrente a sua função de coordenação e elaborar o "Manual do controlo de trânsito e instalações de segurança para execução das obras nas vias", definindo os padrões para o controlo de trânsito e instalações de segurança relativos às obras das vias públicas, para serem observados pelos serviços competentes de concepção e de realização das obras, com vista a controlar e coordenar, de forma geral, as obras de escavação nas vias públicas a realizar por parte das empresas concessionárias, serviços públicos e particulares, minimizando o impacto causado à população. Entretanto, continuar-se-á a recolha, de forma centralizada,

de informações relativas à construção de instalações de trânsito que envolvam vários serviços para divulgar atempadamente junto da população, através da página electrónica e da "rede de informação geográfica de trânsito".

## 1.2 Reunião de esforços para promover a construção do Metro Ligeiro e elaboração de estratagemas para a implementação da 1.ª fase da obra

Para responder ao novo posicionamento de Macau nos últimos anos, em termos da integração regional e do centro da cidade, do aumento progressivo da população residente e transitória de Macau. Perante estas novos desafios, a capacidade de transporte do metro ligeiro não pode basear-se apenas em Macau, é necessário ponderar sob o ponto de vista regional. Além do mais, torna-se necessário reforçar a capacidade de serviços e elevar a capacidade de transporte do sistema de transporte em carris, em termos de trânsito regional. Com o novo posicionamento, no projecto optimizado do Metro Ligeiro de 2007 foi apresentado que a capacidade máxima de passageiros por hora e por direcção nas horas de ponta é de cerca de 8 000 pessoas, que consiste no valor inicial da capacidade de transporte da actual solução de implementação, e de acordo com a previsão da capacidade de transporte para 2020 esse valor irá aumentar gradualmente até atingir cerca de 14 000 pessoas.

As especificações do sistema e material circulante irão influenciar directamente a concepção das obras principais da construção civil, ocupando proporções significativas no investimento global do projecto. O fornecimento do sistema e material circulante é um dos trabalhos prioritários que necessitam de ser acompanhados no processo da construção do sistema de metro ligeiro. Em 2009 foi lançado o respectivo concurso público internacional, será feito um esforço para concluir o concurso em 2010, e logo em seguida serão iniciados a fiscalização e controlo do fabrico dos comboios e do sistema de controlo. Iremos, sob o pretexto de "garantir a qualidade, a segurança e a eficácia", lançar, de forma programada e em tempo oportuno, as empreitadas das obras principais da construção civil, de acordo com as necessidades e a complexidade da obra durante o processo de construção do projecto, e tendo em conta o ambiente urbano real de Macau e as instalações de enquadramento de trânsito, escolher iniciar as obras nas zonas de menos congestionamento, para diminuir o impacto à população e simultaneamente, iremos publicar atempadamente junto do público, as informações sobre a execução da obra. Por outro lado, iremos tentar proporcionar condições de participação nos trabalhos de construção do sistema de metro ligeiro às empresas e aos trabalhadores locais.

Para plena execução das obras da implementação da 1.ª Fase do Metro Ligeiro, neste ano, irá proceder-se à mudança de algumas tubagens subterrâneas localizadas nos pontos de conflito da intersecção com o traçado do metro ligeiro. Além disso, iremos também ajustar, de acordo com as futuras carruagens, as infra-estruturas e instalações de prevenção de incêndio e de ventilação dentro da passagem inferior do tabuleiro da Ponte de Sai Van. Além disso, serão também lançadas progressivamente a concurso as empreitadas de construção do parque de materiais, oficinas, estações e viadutos do traçado do metro ligeiro.

## 1.3 Reforço dos mecanismos de supervisão e assegurar a qualidade da execução das obras de construção do Metro Ligeiro

No sentido de assegurar a qualidade dos trabalhos durante o processo de construção do sistema de metro ligeiro, garantir que os serviços prestados pelos subempreiteiros de obras e fornecedores de materiais e os produtos possam satisfazer as exigências, iremos introduzir mecanismos de fiscalização adequados e as respectivas medidas preventivas. Para garantir que o sistema de metro ligeiro possa atingir os níveis internacionais de segurança exigidos, iremos encarregar entidades especializadas para proceder, independentemente, à verificação de segurança, e emissão de pareceres periciais sobre a segurança no âmbito dos trabalhos da concepção, construção e ensaio do sistema de metro ligeiro.

Além disso, estamos a proceder ao estudo aprofundado dos modelos de supervisão e exploração do sistema de metro ligeiro, está planeado para este ano o lançamento do concurso público internacional para a exploração do sistema. Para reforçar as relações entre os diversos meios de transportes no âmbito da política de "primazia aos transporte público", estamos a proceder ao estudo do planeamento e concepção das estações de interface. Por outro lado, tendo por base o "Estudo de Viabilidade da 2.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau", em 2010, continuaremos a efectuar estudos aprofundados sobre o planeamento e desenvolvimento, a longo prazo, do sistema de metro ligeiro, e a futura integração regional dos transportes em carris com a Região do Rio das Pérolas, bem como estudo e discussão sobre o rumo do desenvolvimento sustentável. No futuro é necessário proceder à articulação directa da rede de transportes em carris com a do Interior da China, o que para além de satisfazer as exigências em termos de hardwares, deve também satisfazer as exigências em termos jurídicos, da gestão, regulamentação, exploração de serviço, troca de informação e etc., aproveitando a cooperação com as instituições de estudo provenientes do Interior da China, iremos convidar especialistas para prestar assistência no âmbito da supervisão técnica e de projecto, elaboração de diplomas e orientações, e formação técnica sobre transporte em carris.

## 1.4 Valorizar de forma geral os serviços de autocarros e optimizar o regime de administração dos táxis

Com a cessação do modelo de exploração e gestão dos serviços de autocarros adoptado há mais de 20 anos por parte do Governo da RAEM, o início do plano de ajustamento dos percursos de autocarros e a implementação dos programas de benefícios das tarifas dos autocarros, as inovações relativas aos transportes públicos continuarão a ser objecto de aprofundamento, especialmente os serviços dos autocarros que desempenham um papel importante nos serviços de transporte público.

A finalização do processo do concurso público relativo ao serviço público de autocarros no primeiro trimestre de 2010 e a implementação em Outubro do serviço adjudicado irão marcar definitivamente o fim do antigo modelo do serviço de autocarros. Passando o ser-

viço de autocarros a ser orientado predominantemente pelo Governo, a filosofia do direito de prioridade dos transportes públicos será melhor implementada. Em 2010, o Governo vai envidar todos os esforços para acompanhar os trabalhos subsequentes à adjudicação do serviço de transporte, permitindo aos adjudicatários adaptar-se às operações sem dificuldades. Além disso, irá ser tratada apropriadamente a transição aquando do termo do contrato de concessão, salvaguardando o normal funcionamento do serviço dos autocarros.

A fim de elevar o nível e a atractivamente do serviço dos autocarros, além de continuaremos a optimizar e a ajustar os percursos, a intensificar a frequência do serviço, a aumentar a função de correspondência, a reforçar o serviço nocturno, iremos ainda introduzir de forma ordenada o sistema de informação do posicionamento em tempo real dos autocarros, permitindo aos viajantes, enquanto esperam na paragem, conhecer, em tempo real, a posição dos autocarros que se deslocam na sua direcção, podendo assim calcular o tempo de chegada à paragem. Também será reforçada a fiscalização do serviço dos autocarros e, através do mecanismo de avaliação do serviço e mediante uma atitude aberta, entre outras medidas, será implementada uma gestão eficaz do serviço dos autocarros. Entretanto, tendo em conta a utilização do serviço dos autocarros por parte das pessoas com deficiência motora, serão introduzidos veículos com piso rebaixado, mediante a implementação do novo modelo de serviço dos autocarros, para facilitar as suas deslocações. A par disso, relativamente à optimização dos abrigos das paragens de autocarros, tentar-se-á finalizar o design ainda dentro do primeiro semestre de 2010 e instalar as novas paragens, a título experimental e de forma gradual, em alguns locais das ilhas, no sentido de melhorar as condições existentes.

Sob o pressuposto de promover a política de trânsito preconizada na "primazia dos transportes públicos", e para consolidar eficazmente a articulação entre os diversos equipamentos de transporte público, proceder-se-á ao estudo da viabilidade de um modelo de pagamento electrónico uniformizado, permitindo a viabilização de um passe único para compras diárias e utilização dos meios de transporte, no sentido de proporcionar mais comodidade na vida quotidiana da população.

Face ao importante papel que os táxis desempenham nos serviços de transporte público, iremos proceder no corrente ano à revisão geral dos serviços de táxi, especialmente os serviços de rádio-táxi, no sentido de o aproximar, tanto quanto possível, às necessidades dos cidadãos. Nesta conformidade, atribuir mais benefícios aos deficientes físicos e atrair mais táxis a penetrarem e prestarem serviços nos bairros antigos serão os principais alvos desta revisão.

## 1.5 Criar espaços públicos para estacionamento, aliviando a procura dos lugares de estacionamento por parte do público

Para aliviar a procura da sociedade quanto aos lugares de estacionamento, iremos levar por diante as obras relativas aos parques de estacionamento públicos e empenhar-se em rentabilizar as funções do grupo de trabalho inter-serviços do planeamento e construção de parques de estacionamento, no sentido de planear locais adequados e viáveis para criar

parques de estacionamento provisórios ou definitivos, sempre com uma atitude pragmática e uma filosofia inovadora. Entretanto, para aumentar a rotatividade na ocupação dos lugares de estacionamento e racionalizar os recursos existentes, serão desenvolvidos, de forma acelerada, os trabalhos relativos à instalação dos parquímetros nos lugares de estacionamento das vias públicas e a criação de zonas de estacionamento nocturno, conforme a importância e o peso da necessidade, tendo em conta as necessidades decorrentes do desenvolvimento das diversas zonas. Será alargada gradualmente para outras zonas a cobertura do sistema de estacionamento tarifado para motociclos e ciclomotores. Por outro lado, iremos empenhar no estudo da questão da circulação e estacionamento nas vias públicas dos veículos de transporte de combustíveis.

Tendo em conta que vai cessar o direito de exploração relativo a vários parques de estacionamento e o contrato para a prestação dos serviços para instalação e exploração dos lugares de estacionamento tarifados na via pública, serão lançados os concursos públicos relativos a parques de estacionamento e proceder-se-á à alteração do regulamento de utilização e exploração dos parques de estacionamento, com vista a melhor disciplinar o seu funcionamento e gestão.

## 1.6 Aprofundar o sistema inteligente de trânsito, tendo em vista atingir o objectivo de gestão científica

Tendo em conta a construção e a entrada em funcionamento do sistema de metro ligeiro, e atendendo à articulação entre os sistemas de trânsito de Guangdong, Hong Kong e Macau, para além da colaboração com o recurso aos equipamentos de transporte público, será viabilizada a partilha comum da informação, através do desenvolvimento e aplicação do sistema inteligente de trânsito, conduzindo à optimização da distribuição do trânsito, em termos do tempo e espaço, com vista a atingir o objectivo de uma gestão científica. Para o efeito, recorrer-se-á a meios de tecnologia de informática nos trabalhos, entre os quais se destacam, o aperfeiçoamento da funcionalidade do sistema de controlo e vigilância da rede viária, o estudo da viabilidade de acrescentar a função de sinal de prioridade dos veículos de emergência e dos transportes públicos, a ampliação contínua das instalações de atravessamento para invisuais e a continuação da criação do sistema inteligente de gestão e sistema de serviço de informação relativos aos autocarros. E em combinação com o sistema GPS, serão finalizados sucessivamente os trabalhos relativos à divulgação em tempo real de informação e guia do tráfego, para além de continuar a lançar o sistema integrado de informação dos parques de estacionamento, instalar gradualmente nas paragens e nas artérias principais sistemas de detecção de estacionamento ilegal, e criar e aprofundar o estudo do sistema de sensores móveis instalados em veículos (floating car), entre outros sistemas da área de trânsito inteligente.

A par disso, para melhor reforçar o controlo e vigilância do tráfego, serão aperfeiçoados e ampliados: o sistema de vídeo-vigilância, o de painel electrónico de informação, o de informação dos parques de estacionamento e o de sinalizações de trânsito. Será criado ainda

neste ano o Centro de Controlo e Informação de Tráfego. A sua inauguração permitirá um controlo geral durante 24 horas. O centro possuirá várias funções, entre as quais se destacam o controlo do tráfego rodoviário, manobras de trânsito, fiscalização rodoviária, divulgação de informação, gestão dos transportes públicos, gestão dos parques de estacionamento, assim como a recolha e tratamento de dados e sistema de troca de informação com sistema de metro ligeiro. O resultado do estudo do sistema inteligente de trânsito será utilizado neste Centro. Entretanto, tendo em conta o seu funcionamento e para fazer face a incidentes imprevistos, preparar-se-á um manual sobre o funcionamento do Centro de Controlo e Informação de Tráfego e medidas de contingência, aumentando a sua capacidade de enfrentar acidentes.

## 1.7 Aperfeiçoar os trabalhos relativos à instrução, aprendizagem e exame de condução, optimizar os serviços de inspecção dos veículos automóveis

Em conjugação com o desenvolvimento contínuo da cidade, estamos a estudar viabilidade o novo centro de exame e aprendizagem de condução. Tal estudo versa principalmente sobre a concepção, o fornecimento e a colocação no local de instrumentos electrónicos de balizagem para exames de condução. Serão feitas mais visitas ao centros de exame e aprendizagem de condução de vários territórios vizinhos, para estudar os padrões adoptados para assimilar as suas experiências bem sucedidas, para além de tentar procurar, ainda dentro de 2010, um sítio para estabelecer o local permanente para aprendizagem e exame de condução. No que respeita à uniformização do padrão do exame, para aumentar a transparência dos mesmos, proceder-se-á ao estudo da instalação do equipamento electrónico de controlo nos automóveis utilizados para exame de condução, no sentido de observar os princípios de imparcialidade e transparência. Além disso, para prestar um melhor serviço aos cidadãos, pretende-se criar um serviço de pagamento on-line e ainda o pagamento por cartão de crédito nos balcões da linha da frente, com vista a proporcionar mais serviços de qualidade. Considerando o número de veículos que cresce diariamente, para aumentar a capacidade do Centro de Inspecção dos Veículos Automóveis e optimizar os serviços de inspecção, serão aperfeiçoados gradualmente o existente sistema informático relativo aos veículos e o mecanismo de marcação prévia para inspecção de veículos, assim como iniciar-se-ão os preparativos da fase inicial para adjudicação dos trabalhos de inspecção de veículos e a extinção da chapa de experiência. Será também reforçada a calibragem dos novos instrumentos da sala para teste da potência e emissões de gases e conta-quilómetros dos automóveis ligeiros, permitindo a sua entrada em funcionamento o mais rápido possível, com vista a consolidar o nível tecnológico do CIVA. A par disso, será introduzido um modelo de gestão científica avançada da situação dos veículos da RAEM, iniciando-se o estudo da aplicação da tecnologia de identificação por radiofrequência das chapas de matrícula dos veículos, com vista a reforçar o controlo e vigilância dos mesmos.

No entanto, face ao brusco aumento do número de veículos, que causa grave poluição ao meio ambiente, o Governo criou um grupo de trabalho interdepartamental, especializado

pelos assuntos relacionados com os veículos verdes, na promoção destes, em conjugação com a implementação das medidas de protecção ambiental, mediante o estudo da criação de políticas de incentivos fiscais, da introdução de modelos de veículos amigos do ambiente, redução dos parâmetros para emissões de gases, assim como estudo das medidas para eliminação dos veículos de idade avançada, consagrar planos a curto, médio e longo prazo para estudar a melhoria dos impactos ambientais e da revisão de legislações em vigor, com vista a aliviar a pressão causada ao ambiente atmosférico pelo trânsito e transportes.

## 1.8 Em adaptação às alterações da configuração de trânsito, optimizar o regime jurídico em vigor

A fim de se adaptar às alterações do ambiente de trânsito e à execução da política de trânsito e transportes, continuar-se-á a elaboração de diplomas legais. Proceder-se-á também à revisão da respectiva legislação, tomando como base a Lei do Trânsito Rodoviário e o regime jurídico de transporte de Macau, no sentido de optimizar o regime jurídico de trânsito em vigor. Paralelamente, tendo em conta o rápido desenvolvimento da indústria dos jogos de fortuna e azar e do turismo e o aumento das actividades comerciais, cada vez é maior a procura quanto ao serviço de transporte colectivo de passageiros nos bairros residenciais particulares, escolas e empresas comerciais, pelo que será efectuado um estudo do regulamento que regula a prestação de serviços de estacionamento por parte de parques de estacionamento comerciais e do regulamento de serviço privado de transporte colectivo de passageiros, no intuito de assegurar que os serviços são prestados sem prejuízo do interesse público e que as respectivas actividades lucrativas, ou não lucrativas, se realizam nos termos legais e de forma justa.

## 1.9 Intensificar a comunicação com a população, aumentando, de forma geral, a sua consciência da segurança

No âmbito do reforço da comunicação, serão realizadas no ano em decurso, actividades sob diversas formas, que permitam consolidar a comunicação e contactos com os cidadãos e associações do sector do trânsito. Para o efeito, será coordenada a divulgação das informações de trânsito, aperfeiçoando-se o mecanismo de comunicação com os órgãos de comunicação social, assim como utilizar-se-á a linha aberta da DSAT como via eficaz para recolha de opiniões dos cidadãos, inteirando-se das suas expectativas. Entretanto, serão também optimizados os serviços da linha aberta e da Área de Atendimento dos Assuntos de Tráfego, com a introdução do sistema inteligente de atendimento telefónico, simplificação dos procedimentos administrativos, alargamento do âmbito de cobertura dos serviços, assim como determinação do compromisso de serviço para tratamento das queixas, proporcionando mais serviços personalizados diversificados, eficientes e por medida dos cidadãos.

Para aumentar o efeito na divulgação e sensibilização, optimizar-se-á o Centro de Informação da Segurança Rodoviária como principal local de divulgação dos assuntos rodoviários, com o enriquecimento de instalações e de apoio logístico, aprofundamento dos

seus elementos didácticos e alargamento do horário e âmbito dos serviços. A par disso, será reforçada a cooperação com os serviços competentes e escolas, no sentido de aprofundar as formas de divulgação, com inovações no modelo convencional. Serão também realizadas actividades de divulgação com temas pertinentes, para além de aumentar gradualmente a dimensão da actividade do "Embaixador da Segurança Rodoviária", com vista a incutir, sob múltiplas vertentes, os conhecimentos da segurança rodoviária no público.

## 2. Política dos transportes transfronteiriços

O Governo da RAEM irá com base no regime de cooperação entre Guangdong e Macau e no regime de cooperação entre Hong Kong e Macau vigentes, aprofundar a cooperação do ordenamento do trânsito regional entre a província de Guangdong e Hong Kong, bem como reforçar a troca de informações dos transportes transfronteiriços entre Guangdong, Hong Kong e Macau, e através da plataforma de dados estabelecida intensificar, os trabalhos de construção e planeamento dos transportes transfronteiriços e das instalações fronteiriças. Ao mesmo tempo, irá de acordo com o quadro do Plano de Bases do Planeamento Específico de Cooperação do Sistema de Trânsito e Transporte da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e do Plano de Bases do Planeamento das Infra-estruturas do Trânsito Marítimo e Terrestre da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, participar activamente na cooperação do planeamento do transporte e do trânsito da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, promover de forma programada a ligação com os transportes de Macau com as da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e das demais regiões.

Ao mesmo tempo, continuarão a ser desenvolvidos estudos sobre a estratégia e desenvolvimento dos transportes transfronteiriços terrestres de Macau, nomeadamente as futuras infra-estruturas de transportes transfronteiriços de Macau e disposições às medidas de controlo de veículos transitórios, bem como a articulação do trânsito local com a Ilha da Montanha (Hengqin), concretizando uma rede viária tridimensional no Cotai.

A construção do metro ligeiro interurbano rápido Cantão-Zhuhai está prevista a conclusão no 2010. Será reforçado a cooperação com Guangdong e Zhuhai procedendo a estudos aprofundados, no sentido de debater quanto ao estudo de viabilidade da ligação do metro ligeiro interurbano rápido Cantão-Zhuhai com Macau, que se inclui o estudo preliminar de viabilidade sobre a articulação directa do posto fronteiriço da Ilha da Montanha que liga os transportes em carris das duas regiões.

## 3. Política no Sector da Aviação

Com vista de consolidar Macau como um Centro Internacional de Turismo e de Lazer, iremos reforçar o desenvolvimento da indústria de aviação civil de Macau.

O desenvolvimento saudável e sustentável do sector de aviação civil tem sido levado a cabo com base numa exploração com um elevado grau de segurança. Com efeito, a segurança tem-se assumido, ao longo dos anos, como uma das áreas de maior importância no transporte aéreo e a eliminação de acidentes tem constituído um dos principais objectivos

do sector da aviação civil. Como tal, o Governo tem desenvolvido esforços para acompanhar os objectivos de executar rigorosamente os trabalhos essenciais de supervisão no âmbito da segurança e de aperfeiçoamento do enquadramento jurídico da área da aviação. Perante a elevada procura de voos num ambiente de intenso tráfego aéreo, o Governo da RAEM e o sector de aviação civil têm procurado reunir esforços com o objectivo de melhorar a qualidade dos voos e salvaguardar a segurança da vida e dos bens dos passageiros.

## 3.1 Promover activamente o desenvolvimento do transporte aéreo, aumentar o proveito da exploração

Em virtude do desenvolvimento e fusão das cidades do Delta do Rio das Pérolas, da recuperação da economia pós crise e face futura necessidade de transporte aéreo na Região Delta, será preciso a elevação da capacidade do Aeroporto Internacional de Macau (AIM). No intuito de consolidar a posição do AIM, no futuro, iremos realizar obras de intervenção em função da operação e o fluxo de passageiros. Portanto, no ano corrente, iremos realizar e concluir um estudo sobre o planeamento do AIM de Macau, com vista de encontrar o caminho de desenvolvimento do AIM nas próximas duas décadas.

O Aeroporto Internacional de Macau, desde a sua entrada em funcionamento em 1995 e ao fim de vários anos de exploração, o mercado de Taiwan atingiu níveis de desenvolvimento consideráveis. Após a normalização dos voos directos entre o Interior da China e Taiwan, em 2008, a proporção do volume de passageiros provenientes desta região tem-se mantido relativamente estável. Todavia, continuaremos a solicitar que os serviços competentes reajustem a organização do transporte aéreo entre Macau e Taiwan, de modo a que Macau consiga manter a competitividade, mesmo após o início dos voos directos entre o Interior da China e Taiwan.

A introdução de voos de baixo custo e a conclusão da construção dos grandes empreendimentos turísticos e de entretenimento em Macau, têm transformado a Região, de forma gradual, num ponto de destino turístico. O aumento do número de passageiros com origem em países do Sudeste Asiático nos últimos anos tem sido o indicador mais visível desta transformação. De modo a atrair ainda mais visitantes estrangeiros a escolherem o AIM como último ponto de destino, a AACM auxiliará o Governo da RAEM, no que se refere à políticas de turismo, incluindo a criação de mercados emergentes, a incentivar e apoiar activamente as companhias aéreas locais a expandirem para novos mercados, assim como a atrair companhias aéreas estrangeiras dos mercados alvo a abrirem rotas com destino a Macau. No ano 2010, os serviços competentes na área da aviação civil e do turismo continuarão a cooperar, no sentido de realizar estudos e concretizar medidas para apoiar a indústria de aviação civil.

Os serviços "Express Link" agora prestados pelo Aeroporto Internacional de Macau disponibilizam serviços de check-in no aeroporto local para viagens feitas a partir dos aeroportos de Hong Kong e de Shenzhen, com o intuito de proporcionar serviços fronteiriços de elevada eficiência e comodidade aos passageiros que passam por Macau e que se deslocam

a outros pontos de destino. Em 2010, o Governo da RAEM irá coordenar com as autoridades aeroportuárias competentes a expansão destes serviços a zona ocidental do Rio das Pérolas, de modo a atingir o objectivo de atrair passageiros desses locais. Para além disso, de modo a coordenar com o Terminal Marítimo de Passageiros de Taipa e as instalações dos transportes marítimos e aéreos do Terminal de Pac On.

Em simultâneo, o Governo iniciou os trabalhos de elaboração do Estudo do Mercado de Aviação Civil de Macau e do Relatório da auscultação das estratégias, em que serão previstas as influências que o futuro sistema de tráfego regional pode trazer à aviação civil de Macau, identificar os meios de transportes utilizados pelos passageiros, revelar números e dados estatísticos sobre o mercado, para condensar estratégias de desenvolvimento sustentável do sector de aviação e de transporte marítimo, com que podemos melhor planear as instalações complementares de cada posto fronteiriço, aperfeiçoando os canais inter modal de transportes marítimos e aéreos, facilitando a deslocação dos passageiros.

## 3.2 Empenho no aperfeiçoamento das legislações no campo da aviação, e fortalecimento dos esforços de administração

O aperfeiçoamento do regime jurídico da aviação civil é uma tarefa que o Governo da RAEM tem vindo a implementar de forma contínua. Para além de rever os regulamentos vigentes no campo da aviação, o Governo planeia, em 2010, implementar as "condições de certificação e exploração de aeródromos civis", de modo a garantir que as instalações do aeroporto e o seu funcionamento obedeçam às normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Os trabalhos de elaboração do texto para recolha de opinião (draft) do regulamento administrativo designado "Direitos mínimos dos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atrasos de voos" foram concluídos em 2009. Espera-se que, através da aplicação do referido regulamento, em 2010, as companhias aéreas tomem as medidas apropriadas de modo a garantir que os passageiros recebam a assistência necessária nas situações acima referidas.

Será revista a legislação que define as zonas sujeitas a servidão aeronáutica. As disposições previstas na nova regulamentação deverão complementar com o desenvolvimento económico de Macau devendo também garantir, eficazmente, a segurança nas actividades de transporte aéreo. Para além disso, também será elaborado um regulamento sobre a Investigação de Acidentes e Incidentes com Aeronaves, de modo a aperfeiçoar o regime jurídico nesta área em Macau.

## 3.3 Empenho no reforço da segurança de aviação e fortalecimento do papel de fiscalização e supervisão

Uma vez que os princípios de gestão de segurança influenciam a maior parte das actividades no âmbito da aviação civil, as companhias aéreas locais e as organizações de manu-

tenção aeronáuticas iniciaram, no decurso de 2009, a implementação do sistema de gestão de segurança, de acordo com a «Convenção de Chicago» e os seus anexos. Para coordenar a implementação deste sistema, será estudada, em 2010, a viabilidade de elaborar um "plano de segurança nacional" no sentido de criar um planeamento de operações para elaboração de normas e políticas de segurança e desenvolvimento de acções de fiscalização da segurança, de modo a reforçar a consolidação das bases de supervisão da segurança operacional no sector de aviação civil de Macau.

Para que a OACI possa avaliar se Macau está a fiscalizar a segurança operacional de forma eficaz, o Governo da RAEM tem vindo a implementar trabalhos a longo prazo, no sentido de elevar a segurança de aviação em Macau. Em 2010, o Governo irá participar no "Plano de Auditoria sobre a Fiscalização da Segurança Mundial" organizado pela OACI para os Estados Membros. De modo a estar preparado para a auditoria, o Governo de Macau tem supervisionado, de forma intensiva, o cumprimento das disposições dos anexos da Convenção de Chicago.

### 3.4 Reforçar a cooperação regional e solidificar as vantagens adquiridas

De modo a atingir os objectivos referentes à partilha de recursos, melhorar a eficiência operacional e aprender através das experiências adquiridas no estrangeiro, a Autoridade de Aviação Civil de Macau continuará a reforçar o intercâmbio e a cooperação entre as diversas autoridades e organizações internacionais no campo da aviação civil.

No intuito de reforçar a gestão eficaz do tráfego aéreo e aliviar a situação de congestionamento do tráfego nesta região, as Autoridades de Aviação do Interior da China, Hong Kong e Macau elaboraram planos de gestão aérea e propostas de implementação a curto, médio e longo prazo, para o Delta do Rio das Pérolas, para os anos 2010, 2015 e 2020. Neste momento, estamos a executar os trabalhos relativos à meta do 2010.

Ao mesmo tempo, reforçará o intercâmbio técnico e a cooperação estratégica entre os diversos aeroportos através do fórum de cooperação dos 5 principais aeroportos do Delta do Rio das Pérolas, em sintonia com as linhas de orientação que os 5 grandes aeroportos implementaram nos seus planos de desenvolvimento, a saber: o "apoio recíproco", "benefício mútuo", "desenvolvimento harmonioso" e o "empenho para atingir sucessos para todos". Em 2010 será estudada a viabilidade de criar ligações directas - por via marítima e por via terrestre - entre os aeroportos das duas regiões, ligando gradualmente os 5 grandes aeroportos, com o objectivo de proporcionar maior comodidade aos visitantes, de forma a aumentar a eficiência do transporte e a qualidade de vida na região.

## 4. Política de transporte marítimo

No sentido de elevar a qualidade e segurança do serviço de transporte marítimo de passageiros e aumentar o número de ponto dos itinerários marítimos, o Governo irá incen-

tivar, nos termos do Regulamento Administrativo de Transporte marítimo de passageiros, as operadoras de transporte marítimo abrir novos itinerários, atrair mais passageiros e aperfeiçoar a rede de transporte marítimo, dinamizar a integração na Região do Delta do Rio das Pérolas e a interligação entre as infra-estruturas marítimas, reforçar a gestão do serviço de transporte marítimo de passageiros e dos itinerários marítimos. No âmbito da cooperação regional, iremos reforçar a gestão das instalações portuárias e dos trabalhos sobre a busca e salvamento no mar, garantir a segurança no transporte marítimo. O reforço da gestão de informação de tráfego marítimo e implementação de centro de comunicações marítimas serão também as tarefas principais a executar nos próximos anos.

## 4.1 Promover a diversificação do transporte marítimo de passageiros, proporcionar um serviço de transporte marítimo acessível

Com o intuito de proporcionar à população local e aos visitantes de Macau provenientes de todo o mundo, um serviço de transporte marítimo mais eficiente, no Janeiro passado, o Governo apreciou e emitiu, nos termos do Regulamento Administrativo de Transporte marítimo de passageiros, licenças de transporte marítimo regular de passageiros e as respectivas autorizações de itinerários marítimos a cinco companhias. Dos 14 itinerários marítimos autorizados, 4 são itinerários novos, incluindo de Macau para as cidades do Delta do Rio das Pérolas: o terminal de Jiuzhou, Zhuhai, o terminal Humen, Dongwan, o terminal de Nansha, Cantão e o terminal Jiangmen. Assim fortalece a ligação marítima entre Macau e as cidades do Delta do Rio das Pérolas; será alargado o leque de visitantes que chegam a Macau por via marítima, favorecendo o desenvolvimento de ligações marítimas e aéreas, atraindo mais visitantes a utilizar o Aeroporto de Macau, proporcionado aos visitantes um serviço de transporte mais fácil e diversificado. O itinerário marítimo que liga o Terminal Marítimo do Porto Exterior e o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa com o Terminal Jiuzhou, Zhuhai ajudará a aliviar a pressão que recai sobre o posto fronteiriço das Portas do Cerco.

## 4.2 Assegurar a segurança do canal marítimo e melhoria do salvamento público no mar

No tocante à gestão de segurança marítima, além da gestão de tráfego marítimo e da manutenção dos canais, estabeleceu-se ainda um mecanismo de resposta a sinistros marítimos para fazer face a acidentes. Em meados do decorrido ano, os serviços públicos participantes no mecanismo de resposta constituíram um grupo de cooperação interdepartamental, no sentido de rever e optimizar os trabalhos integrados do dito mecanismo. Presentemente, os respectivos trabalhos estão basicamente concluídos.

Considerando que Guangdong, Hong Kong e Macau geograficamente são um território contínuo e o tráfego no Estuário do Rio das Pérolas é intenso, a tarefa de busca e salvamento no mar é pesada. Com vista a responder melhor a sinistros marítimos, o "sub-grupo de trabalho para a resposta conjunta a acidentes imprevistos na Região", dependente do "grupo

especializado difundido no mecanismo de resposta através de operação conjunta Guangdong e Macau" composto por vários serviços dos dois governos, em cooperação dos Serviços Marítimos de Hong Kong, planeia em meados deste ano realizar um simulacro de busca e salvamento no mar – Guangdong, Hong Kong e Macau – no sentido de reforçar a capacidade de resposta. O simulacro será organizado pela parte de Macau.

## 4.3 Fortalecimento da capacidade de comunicação e da administração do tráfego marítimo

Com vista de intensificar a gestão de informação sobre o tráfego marítimo, foi criado o Centro de Informação Marítima dependente do VTS de Macau, entrando em funcionamento a título experimental. No referido Centro, são registadas as informações sobre todas as embarcações, especialmente as embarcações rápidas, as viagens e as infra-estruturas dos terminais marítimos. Além disso, são registadas também as informações sobre planos emergentes para embarcações, terminais marítimos e companhias gestoras, recursos e planeamento destinados à busca e salvamento no mar, bem como as informações sobre as entidades envolvidas na busca e salvamento no mar etc., no sentido de aumentando significativamente a eficiência das buscas e salvamento no mar, bem como a precisão das informações divulgadas. Na operação quotidiana, o Centro de Informação Marítima serve de plataforma de troca de informações marítima, desempenhando funções no âmbito da gestão do tráfego marítimo, atracação nos cais e troca de informações etc. Quando necessário, o referido Centro pode ainda fornecer o número de passageiros transportados prestes a entrar no terminal, permitindo uma melhor preparação pelos serviços competentes.

## 4.4 Aperfeiçoamento das legislações marítimas e elevação da qualidade da administração marítima

Em reposta às necessidades da gestão quotidiana dos terminais marítimos de passageiros e da aplicação do Regulamento Geral dos Espaços Públicos, nas instalações das zonas costeiras e dos terminais marítimo, vai proceder-se ao estudo sobre a regulamentação das matérias no âmbito da ordenação e gestão dos terminais marítimos de passageiros e operações nos terminais marítimos de mercadorias. Tendo em conta a mudança rápida da actividade, proceder-se-á ao aperfeiçoamento e actualização dos regulamentos sobre a navegação e actividades portuárias, no sentido de atender às necessidades de desenvolvimento da actividade nos terminais portuários. Iremos, neste ano zelar pela participação na elaboração do regime laboral da tripulação.

No tocante à administração marítima, continuaremos, através da utilização de tecnologia mais avançada, a optimizar a vistoria e controlo das embarcações registadas localmente, no sentido de partilhar as informações sobre as embarcações, aumentando a eficiência e benefício dos trabalhos no âmbito de segurança de embarcações. Entretanto, à medida em que os trabalhos relativos aos serviços marítimos se tornam melhor organizados e os serviços da Carta de Qualidade se reforçam, os procedimentos administrativos, as formalidades da en-

trada e saída de embarcações nos terminais marítimos de Macau, o processo de declaração de entrada das embarcações de recreio nos terminais de Macau e as formalidades de inscrição no registo marítimo serão mais acessíveis e terão mais qualidade.

### 4.5 Alargamento de apoio ao desenvolvimento da pesca

O Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca, que entrou em funcionamento há cerca de três anos, tendo conquistado bons resultados. Os trabalhos integrados no Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca serão continuados no corrente 2010. Tendo as experiências adquiridas como base, será aperfeiçoado o funcionamento do referido fundo, através de auscultação e recolha de opiniões de todos os sectores, por canais diferentes. Entretanto, tendo em conta a necessidade do desenvolvimento da pesca, serão alvo de exame os destinatários do apoio e as normas da gestão, incluindo o alargamento do âmbito de aplicação do Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca, aumento da aplicação da verba de apoio, alargamento do limite da verba de apoio etc.

Por sua vez, o Governo continuará a estar atento e a ouvir as opiniões e sugestões do sector da pesca, através da Comissão Consultiva das Pescas, para que podemos elaborar uma política benéfica para o desenvolvimento da pesca.

## VIII - Principais acções e políticas na área da protecção ambiental e de energia e pontos de trabalho fulcrais

O mundo enfrenta transformações do ambiente natural e ecológico, as questões ambientais são cada vez mais complexas, pelo que o desenvolvimento de uma estratégia ecológica será muito importante para o desenvolvimento sustentável. Assim, para elevar a qualidade de vida dos residentes de Macau e promover o desenvolvimento sustentável da cidade, o Governo tem investido recursos substanciais na área das infra-estruturas ambientais, conservação de energia e redução de emissões, sensibilização e educação ambiental, por forma a proporcionar boas bases para os trabalhos de protecção ambiental de Macau.

O Governo, está consciente de que, para além dos benefícios resultantes do desenvolvimento económico, os trabalhos de protecção ambiental representam grande responsabilidade e são de longa duração. Tendo por objectivo a coordenação e desenvolvimento efectivos desses mesmos trabalhos e, ao mesmo tempo, responder às necessidades da sociedade e harmonizar as tendências nacionais com as tendências mundiais, em matéria do ambiente, da conservação de energia e de redução de emissões, definiu, para este ano, uma acção através de três eixos fundamentais: "Planeamento Geral e Cooperação Regional", "Controlo da Poluição" e "Sensibilização e Educação", em simultâneo, tomando medidas para resolver os problemas de forma efectiva, visando melhorar o estado do ambiente de Macau e promover o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Quadro geral do planeamento conceptual da protecção ambiental de Macau, será promovido através de um pensamento inovador, para continuar a promover os trabalhos

ambientais de forma científica, sistemática, íntegra e prospectiva, delineando uma estratégia de desenvolvimento ecológico adequado ao próprio desenvolvimento e, aproveitando a integração regional, estabelecer uma visão ambiental de "Macau, centro de vida ecológica e de baixo carbono" para "optimizar o ambiente tornando-o mais habitável, incentivar a conservação de recursos, implementar a redução das emissões das empresas, preservar o património mundial e ecológico, promover o passeio ecológico e integração regional" como objectivo da acção política.

No que respeita ao controlo da poluição, continuar-se-á a reforçar a monitorização de diversos parâmetros ambientais, a estudar e controlar as fontes de poluição fixas e móveis, a qualidade do ar nos recintos fechados, o ruído ambiental, a poluição luminosa, a gestão de resíduos e a construção ecológica, bem como, responder aos eventuais incidentes súbitos de poluição ambiental. Além de rever e avaliar o sistema jurídico ambiental existente, procurar-se-á, também, elaborar e melhorar os diplomas legais ambientais de acordo com as necessidades de desenvolvimento da sociedade em associação com a avaliação científica e a situação real da sociedade, por forma a melhorar a nível do regime jurídico para o controlo da poluição e a protecção ambiental.

A participação activa de todos os cidadãos será o eixo principal da sensibilização e educação ambiental, pondo em prática o conceito de vida ecológica, através de diferentes formas e fontes para reforçar a sensibilização e educação ambiental. Este ano, será dada continuidade ao estudo e promoção do desenvolvimento das indústrias verdes e do sector das exposições ambientais. Será, também, criado o Fundo para o Ambiente e Conservação Energética, tendo como finalidade promover os projectos relacionados com o ambiente e a conservação de recursos, através de apoio técnico e financeiro.

# 1. Políticas na área da protecção ambiental

## 1.1. Plano geral e integração regional para promover o desenvolvimento sustentável da sociedade

A RAEM e as regiões vizinhas têm uma relação estreita no que diz respeito ao estado do ambiente. Com o desenvolvimento da sociedade verificado até ao presente, os problemas ambientais não são exclusivos de uma cidade em particular, ao mesmo tempo, as "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas"("Linhas Gerais") apresentam uma perspectiva de desenvolvimento de um "círculo de qualidade de vida" na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e, sendo Macau parte desta região, os trabalhos de protecção ambiental aqui desenvolvidos terão de integrar-se nos trabalhos a nível regional, e no seu planeamento conjunto. Para esse efeito, o Governo irá incrementar activamente a cooperação a nível regional, em articulação com as várias cooperações na área de protecção ambiental.

Em simultâneo, com base nas ideias de praticar as acções a partir do planeamento e a gestão a partir das fontes, iremos criar uma cidade mais ecológica e habitável. Este ano proceder-se-á trabalho de elaboração de um planeamento ambiental geral em Macau, nomeadamente, a elaboração do Quadro geral do planeamento conceptual da protecção ambiental de Macau, a elaboração do relatório principal e outros planos específicos do Quadro geral, a determinação da estratégia sobre o desenvolvimento ecológico para planeamento dos objectivos e acções a curto, médio e longo prazo, para os anos 2012, 2015 e 2020.

Para equilibrar o desenvolvimento socioeconómico e a protecção do ambiente, este ano, será elaborado o Texto exploratório da criação de sistema de avaliação do impacto ambiental, por forma a permitir proceder à consulta e abordagem das opiniões dos sectores sobre esse mesmo sistema, tendo por objectivo iniciar o estabelecimento de procedimentos, normas técnicas, orientações gerais e de determinação dos critérios de trabalho, visando a introdução do sistema de avaliação de impacto ambiental tendo por base os objectivos a médio e longo prazo.

Por outro lado, continuar-se-á a proceder à pesquisa e estudo sobre o desenvolvimento da protecção ambiental e baixo carbono, com vista à promoção da criação do "Círculo ecológico de qualidade de vida na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas", nomeadamente sobre o desenvolvimento de um mecanismo para a prevenção e controlo conjunto da poluição ambiental; na promoção da cooperação entre Guangdong-Hong Kong-Macau no âmbito de desenvolvimento da reutilização de materiais, da transformação de resíduos em fontes de energia, do tratamento dos resíduos perigosos e electrónicos e no estudo do método de gestão de resíduos; bem como, na cooperação nos trabalhos de notificação nos casos de incidentes súbitos de poluição ambiental.

## 1.2 Tratamento integral das emissões de gases poluentes para melhorar a qualidade do ar

Visando melhorar a qualidade do ar, em 2010, dar-se-á continuidade ao estudo e controlo das fontes fixas e móveis de poluição do ar, bem como da qualidade do ar interior.

Nomeadamente, melhorar as emissões de escape dos veículos motorizados, recolher informações sobre as características das emissões dos mesmos e criar uma base de dados informativa sobre os veículos motorizados de Macau, criando um modelo gráfico dos factores de emissões para os veículos motorizados e um inventário das emissões, para que se possa implementar um sistema técnico integral de controlo e decisão, apresentar proposta e sugestões de políticas sobre o sistema de controlo das emissões dos veículos motorizados em Macau. No que diz respeito ao controlo de partículas dos fumos dos automóveis a gasóleo, será elaborado um "Plano de controlo da poluição por partículas dos automóveis a gasóleo", será abordada a eficácia da utilização de filtros de partículas dos gases de escapes dos automóveis a gasóleo, em Macau, e estudado um mecanismo de apoio para promover

a sua utilização, por forma a comunicar e cooperar com o sector no controlo das emissões das partículas dos gases de escapes dos automóveis a gasóleo.

Será estudada, activamente, a introdução de uma estratégia de concessão de benefícios para os veículos ecológicos, visando acelerar a eliminação dos veículos altamente poluidores das rodovias (como os motociclos e ciclomotores com motor de combustão interna a dois tempos e os automóveis obsoletos a gasóleo), bem como estudar a forma de gestão e deposição dos automóveis eliminados. Por outro lado, e de acordo com as prioridades, serão elaboradas e melhoradas as respectivas normas e regulamentos, nomeadamente a "Fixação dos limites de emissão de gases poluentes a que devem obedecer os motociclos e ciclomotores novos aquando da sua importação" e fixação dos limites de emissão de gases poluentes dos outros veículos a motor, aquando da sua importação.

Analisar e avaliar globalmente a situação das emissões das fontes fixas de poluição do ar de Macau, nomeadamente os gases poluentes do sector industrial e comercial, bem como os fumos gordurosos dos estabelecimentos de comidas, com vista à organização do inventário das emissões, para que sirva, no futuro, de referência na elaboração de políticas de controlo de poluição, das normas das emissões e para a eficácia das políticas sobre o controlo e avaliação.

Por outro lado, para avaliar globalmente a situação actual da qualidade do ar no interior dos escritórios e espaços públicos em Macau, bem como garantir a saúde e a qualidade de vida dos residentes, em 2007 e 2008, foram recolhidos alguns dados sobre a qualidade do ar no interior de diversos estabelecimentos, nomeadamente, nos parques de estacionamento, estabelecimentos de comidas, hotéis e escolas. Este ano, continuar-se-á a aprofundar os respectivos trabalhos, alargando os testes aos cinemas, centros comerciais, bibliotecas, posto fronteiriço, mercados, locais de atendimento dos Serviços Públicos e, a fim de conhecer de forma abrangente a qualidade do ar nos escritórios e espaços públicos de Macau, para que se possam elaborar normas de orientação e critérios de referência sobre a qualidade do ar interior.

Além dos critérios de qualidade de ar em vigor, iremos proceder ao seu ajustamento de acordo com os critérios definidos pela Organização Mundial de Saúde, e monitorizando as alterações da qualidade do ar. Por outro lado, iremos investir nos estudos sobre a poluição atmosférica, com vista a melhorar a qualidade do ar. Neste ano, iremos reorganizar a rede de monitorização do ar e actualizar os objectos de monitorização. Com o aperfeiçoamento da rede, iremos adequá-la aos padrões internacionais.

Face ao agravamento das mudanças climáticas, que afecta a vida quotidiana da população e com o intuito de alertar a população sobre as informações meteorológicas, neste ano, iremos proporcionar um conjunto de informações meteorológicas. Na primeira fase, serão anunciados o "índice de alta temperatura", o "índice de baixa temperatura" e o "índice da intensidade dos raios ultravioleta".

## 1.3 Fixação de parâmetros reguladora com vista de optimizar o ambiente de habitação

Ao longo dos anos, o ruído tem sido um dos principais focos de queixas na área do ambiente, este ano, proceder-se-á a uma consulta mais vasta sobre a revisão da legislação do ruído ambiental, recolhendo opiniões dos diversos sectores sociais, com vista ao aperfeiçoamento do conteúdo da legislação. Serão envidados esforços para que se conclua ainda este ano, a primeira fase da regulamentação sobre controlo do ruído proveniente dos bate-estacas e da vida social, bem como os trabalhos preparatórios destas iniciativas legislativas. Simultaneamente, proceder-se-á a um novo censo do ruído ambiental, procurando concluir a respectiva medição com vista à elaboração de um mapa de ruído da Península de Macau, Taipa e Coloane.

Relativamente à poluição luminosa proveniente dos grandes painéis publicitários e dos monitores electrónicos, com base nas instruções existentes, serão elaboradas as instruções e normas para o controlo da poluição luminosa para servir de referência as entidades licenciadoras e respectivos sectores de actividade.

Para implementar o princípio da governação de "melhor servir a população", será criada uma base de dados sobre as queixas ambientais para podermos acompanhar, atempadamente, a situação das queixas e elaborar as respectivas estratégias de controlo de forma oportuna, bem como ponderar e estudar a criação de um "Centro de Atendimento - Sistema de recepção de chamadas", para tratar as queixas de forma mais eficaz e sistemática.

## 1.4. Aprofundamento da divulgação da construção amigável ao ambiente. Iniciação do estudo da estratégia e da gestão de resíduos electrónicos

As tarefas de protecção ambiental abrangem vastas áreas e necessitam da participação e do apoio dos cidadãos, dos serviços públicos e das empresas privadas. A construção ambiental foi introduzida nas obras públicas no ano transacto e existem planos, para este ano, para aprofundar a divulgação, efectuar o estudo e estabelecer instruções explícitas sobre a construção ambiental, nomeadamente: estabelecer as instruções de execução nos locais das obras de construção e sobre a qualidade do ar nos espaços interiores; introduzir materiais e instalações de construção ambientais, implementar a reutilização de águas recicladas e o estudo da possibilidade de estabelecer um sistema de avaliação de impacto ambiental da construção, a fim de minimizar o impacto geral no ambiente.

Quanto ao estudo sobre os resíduos electrónicos, considerando as características desse tipo de resíduos na Região, será iniciado, ordenadamente, o Estudo sobre a Estratégia da Gestão de Resíduos Electrónicos em Macau.

Ao mesmo tempo, para executar o plano da aplicação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, iremos neste ano proceder a uma série de estudos locais sobre o nível dos poluentes orgânicos persistentes, efectuar o inquérito e inspecção sistemáticos dos poluentes orgânicos persistentes nas águas, na atmosfera e nos solos e, com a aplicação do Protocolo de Quioto na RAEM, iniciaremos a abordagem ao desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e o estudo faseado sobre o sistema ecológica durante o presente ano e o próximo.

Além disso, proceder-se-á, este ano, à análise e avaliação aos incidentes súbitos de poluição, estabelecendo planos e mecanismos de resposta, pondo todo o esforço necessário para assegurar a vida dos habitantes e a qualidade do ambiente.

## 1.5. Optimização das infra-estruturas ambientais para acompanhar os padrões internacionais

Os critérios e padrões das infra-estruturas ambientais em Macau acompanham o nível das infra-estruturas ambientais das regiões avançadas. Este ano iremos continuar a efectuar, oportunamente, a sua revisão, optimizando, transformando e intensificando o controlo do funcionamento de todas infra-estruturas ambientais, assegurando que estas infra-estruturas são eficiente e devidamente geridas e mantidas.

A Central de Incineração de Resíduos Sólidos é um símbolo do esforço do Governo da RAEM na protecção do ambiente, a qual através de várias intervenções e renovação de instalações, passou a ter capacidade de incineração de resíduos sólidos, de produção de energia termoeléctrica e de reciclagem dos resíduos incinerados. O modelo de gestão e de supervisão avançada da Central tornou-a num modelo ideal que atraiu interesses e atenção de outras regiões. Para assegurar que a ala nova e a ala velha da Central se mantenham em conformidade com os recentes padrões da União Europeia, prevê-se que em 2010 seja lançado o concurso para o seu melhoramento e transformação, tendo por objectivo o início das referidas obras no quarto trimestre do ano.

Durante este ano, a Estação de Tratamento de Águas Residuais na Península de Macau será sujeita a um plano de melhoramento, estando planeada a sua conclusão em 2013. O melhoramento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa entrará na fase de execução e prevê-se a sua conclusão no próximo ano. Tendo em vista a coordenação das políticas e das linhas de acções sobre a criação de uma sociedade economizadora de água, e sobre o futuro planeamento e desenvolvimento dos bairros novos e antigos, à medida que for efectuado melhoramento e transformação das Estações de Tratamento de Águas Residuais, proceder-se-á, de acordo com as necessidades, ao aproveitamento das águas intensivamente tratadas e que atingem o nível de qualidade de águas recicladas para uso na arborização, descarga de autoclismo, e limpeza de ruas, aproveitando e protegendo de forma mais eficiente os recursos hídricos.

## 1.6. Sensibilização ambiental e educação dirigida a toda população. Estímulo à implementação da vida ecológica

A sensibilização e divulgação ambiental consistem em promover junto do público a necessidade de prestar mais atenção aos problemas ambientais e reconsiderar a relação entre as suas práticas e o ambiente, e para pôr em prática uma participação activa contra poluição, assunto prioritário, através da execução da política ambiental e do cumprimento das leis ambientais.

Encorajar todos os cidadãos a pôr em prática a vida ecológica é portanto uma das ideias de base na sensibilização e educação ambiental. Este ano será intensificada a comunicação e a cooperação com a população e também com os serviços públicos, focando a atenção na perspectiva de transformar "Macau num centro de vida ecológica e de baixo carbono", em articulação com as ideias das linhas de acção governativas do Governo da RAEM quanto à harmonia entre o ser humano e o ambiente.

Por um lado, a sensibilização e educação ambiental dá importância à divulgação e conhecimento dos diplomas legais e do contexto das orientações do ambiente, à actualização dos dados de referência nos diplomas legais, à optimização da página electrónica sobre os diplomas legais do ambiente, à promoção desses diplomas junto dos diversos sectores de forma a elevar o nível do conhecimento e facilitar o seu cumprimento. Por outro lado, este ano irá ser avaliada a situação, no que diz respeito à sensibilização e educação ambiental, dando-se início a um inquérito à população sobre atitudes e conhecimento em relação ao ambiente, no sentido de facultar fundamentos para estabelecer o enquadramento estratégico da sensibilização e educação ambiental, que tem como objectivo aprofundar, de forma contínua e ordenada, o conhecimento da protecção ambiental, fomentar a participação conjunta nas acções de protecção ambiental, implementar a vida ecológica em articulação com o objectivo de tornar Macau num Centro Internacional de Turismo e de Lazer e de criar um círculo regional de vida de qualidade.

Ao mesmo tempo, serão iniciadas as tarefas da sensibilização e educação ambiental mais relevantes, aproveitando as infra-estruturas e as instalações de ambiente, para criar uma eco-base de ensino – Centro de Educação Ambiental, havendo planos para que seja criada uma relação de parceria com serviços públicos, associações de ensino e escolas, no intuito de organização de várias actividades destinadas às diferentes classes etárias, proporcionando-lhes, através das próprias experiências, conhecer o funcionamento das infra-estruturas ambientais e aprofundar o conhecimento do público sobre a relação entre a protecção ambiental e a vida quotidiana. Além disso, serão aproveitados os corredores à volta das zonas ecológicas para a criação de trilhos paisagísticos com valor ecológico e educacional e serão disponibilizadas informações sobre as aves migratórias e os mangais, bem como sobre a importância da protecção ecológica e das zonas húmidas existentes que permitam associar essas informações à vida quotidiana dos cidadãos.

## 1.7. Implementação da gestão ambiental. Desempenho de um papel activo de plataforma da indústria ambiental

Para criar uma sociedade com desenvolvimento sustentável e amiga do ambiente, são indispensáveis a gestão ambiental, a implementação de uma economia de reciclagem e a introdução de tecnologias e produtos ecológicos. O Governo irá desempenhar o papel de plataforma cooperativa da indústria ambiental, promovendo o desenvolvimento da indústria e do sector da exposição ambiental. Este ano, será realizado o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental 2010, terceira vez em Macau, que visará reforçar a relação entre a União Europeia e as regiões do Pan Delta do Rio das Pérolas no âmbito da indústria ambiental. O Fórum deste ano será, sobretudo, subordinado aos temas relacionados com a cidade ecológica, as infra-estruturas sustentáveis, os novos modelos de economia verde e de reciclagem, a economia de baixo carbono, o mecanismo do desenvolvimento mais limpo, a participação do público, a vida ecológica, entre outros temas. Durante o evento, serão realizados o fórum e a exposição, terão ainda lugar o dia de cooperação de negócios, busca de parceiros de negócios, dia de aberto ao público, visitas de estudo, entre outras actividades relacionadas com o ambiente.

No que diz respeito à gestão ambiental, este ano irá realizar-se-á o "3.° Prémio Hotel Verde" que, com base nas experiências das últimas edições concretizadas, será alargado a outras empresas para implementar a protecção ambiental. Será também estabelecido o "Fundo para o Ambiente e Conservação Energética" que visa conceder apoio financeiro às organizações e instituições, como pequenas e médias empresas e associações, permitindo-lhes tornar-se mais amigas do ambiente e promovendo, simultaneamente o desenvolvimento da indústria ambiental.

Simultaneamente, será iniciado, passo a passo, o estudo sobre o sistema de eco-etiquetagem dos produtos ambientais, divulgando produtos ecológicos com menor impacto ambiental, dando incentivos aos serviços públicos pioneiros que concretizem as medidas adequadas, promovendo a aquisição ecológica e o desenvolvimento do mercado da indústria ecológica.

## 1.8. Garantir a segurança no abastecimento de água, construir uma sociedade economizadora de água

O problema das marés salgadas tende a agravar-se, pelo que o Interior da China, nos últimos seis anos, tem efectuado a transferência de água doce para diluir a salinidade de água e tal medida torna-se gradualmente uma medida corrente, fazendo parte da transferência de água global da Região do Rio das Pérolas. O Grupo Especializado para o Abastecimento de Água de Guangdong-Macau e o Grupo de Trabalho para a Construção de uma Sociedade Economizadora de Água irão reforçar a comunicação e estreitar a cooperação com o Interior da China, no âmbito de garantir a segurança no abastecimento de água a Macau e resolver o problema da salinidade de água a longo prazo, e irão também zelar pela construção da barragem de Datengxia.

Além disso, com o intuito de fortalecer a gestão, desenvolvimento e aproveitamento dos recursos de água, o Governo irá criar um departamento dependente da Capitania dos Portos para tratar dos respectivos assuntos.

No corrente ano, será aprofundada a divulgação dos métodos de poupança e de utilização de dispositivos economizadores de água e introduzido junto dos alunos dos ensinos primário e secundário o bom hábito de poupar água, fortalecendo a noção da valorização da água.

Além das acções de sensibilização e educação, irá realizar diversos trabalhos para promover a poupança de água, tais como aumentar a taxa de generalização da utilização de dispositivos economizadores de água; aprofundar a recolha de águas pluviais nas montanhas e nas zonas novas; estudar o âmbito de aproveitamento de água reciclada não potável; elaborar critérios de qualidade de água; explorar e aproveitar recursos de água locais e recursos de água não convencionais, através de obras e outras medidas; estudar e implementar um novo mecanismo de tarifas de água que tenha em consideração as necessidades de subsistência da população e a poupança de água; promover a elaboração dos regulamentos necessários à implementação de política de poupança de água; criar mecanismo de resposta a incidentes imprevistos decorrentes no abastecimento de água e à ameaça das marés salgadas.

Foi solicitado a um organismo hídrico do Interior da China a realização de um estudo sobre planeamento de poupança de água. Tendo como referência o referido relatório e as opiniões e sugestões recolhidas junto das diversas classes sociais sobre esse Relatório, elaborámos o texto do "Programa de Poupança de Água de Macau" para consulta pública, que terminou em finais de Fevereiro de 2010. Durante esse período, foram ouvidas amplamente as classes sociais. De seguida, irá compilar o Programa de Poupança de Água de Macau para definir o rumo a ser seguido nos próximos quinze anos, em termos de poupança de água, proporcionando uma base e orientações para desenvolver os diversos trabalhos rumo à transformação gradual de Macau numa cidade economizadora de água.

## 1.9. Participação directa do Governo nos assuntos de abastecimento de água bruta, garantindo o estável abastecimento da água canalizada

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Abastecimento de Água em Macau expirará em 7 de Julho deste ano e, o novo contrato de concessão foi celebrado em Novembro do ano passado. Para assegurar e estabilizar o abastecimento de água bruta, e para reforçar o papel do Governo no abastecimento de água, que irá participar directamente nos assuntos relativos ao abastecimento de água bruta.

Nos termos do novo contrato, o Governo adquirirá directamente água bruta ao Interior da China e o contrato vigora pelo prazo de 20 anos. Entretanto, para reforçar a fiscalização do Governo sobre a Operadora, o contrato prevê que a Operadora só poderá continuar a

explorar a actividade nos restantes dez anos se uma avaliação intercalar for positiva, decorridos os primeiros dez anos sobre a execução do contrato de concessão revisto. Além disso, a Operadora tem a obrigação de colaborar com o governo na política de poupança de água, nomeadamente adoptando medidas necessárias à redução das fugas de água na rede de distribuição.

# 2. Políticas de Energia

Este ano, na área da energia, irá ser dada continuidade às políticas energéticas definidas pelo Governo da RAEM, em coordenação com as linhas de acção governativa gerais, sobretudo na promoção do desenvolvimento contínuo e estável da economia e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; continuar-se-á a cumprir, de forma adequada, os planos e políticas energéticas, a promover o desenvolvimento constante da energia e do mercado de electricidade, bem como, a assegurar o fornecimento seguro, estável, ecológico e económico de energia. Por outro lado, em conjugação com o plano de desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, serão intensificadas a cooperação e o desenvolvimento no sector energético regional. Paralelamente, persistir-se-á no alcance da meta relativa às políticas de conservação energética e redução das emissões e, de forma activa, na divulgação e difusão da conservação de energia e redução das emissões, junto da sociedade.

## 2.1. Reforço da capacidade das interligações e das infra-estruturas básicas de electricidade, locais e externas, para responder à procura de electricidade

Para responder à futura procura de electricidade e aumentar as capacidades de transmissão e distribuição de electricidade locais, estará concluída, este ano, a primeira fase das obras de reestruturação da rede eléctrica. Como resultado do estreitamento contínuo da cooperação no âmbito da electricidade regional, a segunda interligação de 220 kV, que será construída este ano e que ligará as duas regiões - Macau e Zhuhai, vai permitir o aumento do nível e do volume da tensão eléctrica. Ao mesmo tempo, avançar-se-á no reforço das ligações da rede eléctrica nas várias zonas e concluir-se-ão os restantes projectos relativos à reestruturação da rede eléctrica, de forma a corresponder à situação do futuro desenvolvimento, estimando-se que a mesma possa satisfazer as necessidades de consumo energético até 2015.

## 2.2. Liberalização parcial do mercado de electricidade, conjugando com o futuro desenvolvimento

Uma vez que o contrato de concessão de electricidade expirará no dia 30 de Novembro deste ano, o Governo definiu um projecto de reforma progressiva, com a liberalização parcial do mercado de electricidade, tendo em consideração os resultados do estudo e planeamento a longo prazo do futuro mercado de electricidade de Macau e atendendo às opiniões ampla-

mente auscultadas e recolhidas junto da sociedade. Findo o prazo do contrato de concessão de electricidade irá ser, primeiramente, liberalizado o segmento de fornecimento de electricidade a montante, criando condições para a introdução de concorrência. Para o segmento de distribuição e venda a retalho de electricidade irá ser mantida a exploração por uma companhia, assegurando o fornecimento contínuo e estável de electricidade, para que sejam estabelecidas as bases do desenvolvimento a longo prazo e estável do mercado de electricidade de Macau e melhoramento contínuo dos serviços. Com a implementação, em breve, do novo modelo de funcionamento do mercado de electricidade, este ano dar-se-á início aos trabalhos complementares necessários e às diversas tarefas preparatórias referentes à fase inicial, em que se inclui o novo contrato de concessão de electricidade e a determinação dos diferentes segmentos do mercado de electricidade. Através de estudos e análises contínuas, serão criadas várias leis e regimes básicos no domínio da electricidade, desenvolvendo apropriada e atempadamente as diversas tarefas complementares, na perspectiva de desenvolvimento do novo mercado de electricidade.

Em conjugação com a implementação das "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" e a concretização das disposições gerais do "Protocolo de Cooperação no Âmbito da Electricidade, 2010-2020", assinado entre o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético do Governo da RAEM e a China Southern Power Grid Corporation Ltd, ao longo deste ano e com base nos estudos efectuados em 2009, irão ser objecto de aprofundamento as análises científicas relativas à fiabilidade e segurança do fornecimento de electricidade no âmbito do planeamento de electricidade, e, irão ser realizadas análises, em termos económicos, das contribuições referentes aos investimentos e custos, entre outros projectos complementares necessários. Espera-se poder aproveitar a cooperação regional e os protocolos no âmbito dos estudos referidos, para reforçar, mais ainda, as capacidades das interligações da rede eléctrica que liga Macau ao Interior da China, alcançar benefícios mútuos, promover a fusão regional no âmbito da electricidade, estabelecer relações sólidas e apoio mútuo, fazer, criteriosamente, as previsões e avaliações do planeamento a longo prazo da electricidade de Macau, em conciliação com o desenvolvimento sustentável da sociedade e economia da RAEM.

Por outro lado, em resposta ao plano de construção de novas zonas urbanas em aterros e à implementação do sistema de metro ligeiro na RAEM, o Governo, este ano, irá dar início ao planeamento urbanístico e ao planeamento da construção de infra-estruturas básicas de transmissão e distribuição de electricidade, de acordo com o futuro desenvolvimento da cidade e consequente necessidade de electricidade.

## 2.3. Infra-estruturas básicas para abastecimento de gás natural, conjugando com a política de diversificação de energia

A fim de optimizar a estrutura energética, incentivar o uso de energias limpas e estabelecer serviços de fornecimento diversificado de energia, em 2008 foi introduzido o gás natural em Macau, para ser utilizado na produção de electricidade. Em 2009, a concessão do "Serviço

Público de Distribuição de Gás Natural" foi adjudicada à companhia vencedora, estimando-se que as obras relativas à rede de distribuição do serviço de fornecimento de gás de cidade sejam iniciadas este ano, após conclusão dos diversos trabalhos de coordenação com o plano geral do COTAI. Em harmonia com as orientações de desenvolvimento do Governo, relativamente ao plano geral do COTAI, serão realizados estudos visando a mudança da estação de gás natural para a zona do COTAI.

Quando a referida obra for lançada, irá, simultaneamente, empreender diversos trabalhos complementares no âmbito dos veículos movidos a gás natural, respeitantes à reparação, cursos de formação, certificação de oficinas de reparação de automóveis e aos postos de abastecimento, de modo a que, com a entrada em funcionamento da rede de gás de cidade, se possa, de imediato, lançar o projecto de utilização de gás natural nos veículos de transporte público.

Paralelamente, o Governo irá continuar a proceder à revisão e aperfeiçoamento dos regulamentos na esfera dos combustíveis, a desenvolver estudos conducentes à revisão e elaboração de regulamentos técnicos relacionadas com os combustíveis, com o mercado e com o regime de preços do gás natural, a fim de preparar, atempada e adequadamente, todos os aspectos relacionados com o alargamento do mercado e utilização do gás natural.

Para assegurar o funcionamento do mercado e o fornecimento de gás natural, pretende encontrar mais mercados e fornecedores de gás natural, através dos mercados regional e internacional, e ainda, promover a construção e exploração de uma estação de recepção de gás natural liquefeito.

## 2.4. Ampliação da aplicação de utilização das energias renováveis, aplicando o projecto de aquecimento de água com a energia solar

Decorrido o período de estudos, de condução de experiências nos locais de teste, de recolha de dados, análises e avaliação da viabilidade da utilização concreta da energia solar para o aquecimento de água, o Governo tem planeada a elaboração, este ano, de um manual de práticas de referência e sobre a utilização da energia solar para o aquecimento da água. Esse manual compreenderá informações relacionadas com os dados e análises dos diversos locais de teste que fazem parte do projecto de teste de aquecimento de água a energia solar e, fornecerá técnicas especiais, de referência, correspondendo à intenção do Governo de investir na promoção da aplicação plena do projecto de aquecimento de água a energia solar, no futuro.

Por outro lado, serão desenvolvidos estudos sobre padrões técnicos relacionados com a energia solar foto voltaica, em que será planeada a sua aplicação, primeiramente, nas habitações sociais e nos serviços públicos. Do mesmo modo, proceder-se-á ao estudo dos regulamentos para o regime relativo à ligação da energia solar foto voltaica, promovendo a sua utilização.

## 2.5. Promoção, na íntegra, do Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos, aumentando a eficiência energética

A eficiência e a conservação energética constituem uma parte relevante do trabalho na área da energia. Desde 2005 e de dois em dois anos, o Governo tem vindo a realizar inquéritos sobre "a situação da eficiência energética na RAEM", com o objectivo de promover, de forma ainda mais eficaz, os trabalhos neste âmbito. Comparando com os resultados do inquérito realizado em 2005, constata-se que, em 2009, aumentou a consciencialização da sociedade de Macau, em geral, relativamente à eficiência e conservação energética, particularmente, nas unidades habitacionais, cujo consumo energético tem reduzido significativamente. De um modo geral, os resultados permitiram detectar, não só o reforço da consciencialização para a conservação de energia, durante os últimos cinco anos, como alguns efeitos positivos das medidas de conservação energética implementadas. Porém, os inquéritos deixaram perceber, ao mesmo tempo, a existência de uma margem bastante expressiva para a conservação energética. Assim, reunindo as experiências acumuladas, irá, este ano, continuar a desenvolver esforços na promoção dos trabalhos no âmbito da eficiência e conservação energética em quatro áreas, nomeadamente: divulgação escolar, formação em gestão, aplicação de tecnologias e sistematização das normas.

Ainda no campo da divulgação e promoção da eficiência e conservação de energia, este ano persistir-se-á na promoção da conservação energética, de forma continuada, através da dinamização de diferentes tipos de actividades. Tendo como alvo os vários níveis de ensino, diversas acções visarão promover a educação sobre energia nos jardins-de-infância, com o objectivo de possibilitar às crianças, desde tenra idade, o contacto com o mundo da energia e de cativar o seu interesse para a aquisição de conhecimentos sobre energia; outras acções prevêem a deslocação às escolas de ensino primário e secundário para a promoção de actividades de educação sobre eficiência energética e cultura de conservação energética nas escolas, com o fim de transmitir aos estudantes, desde pequenos, conhecimentos sobre energia, e de os sensibilizar para a valorização e poupança da mesma. Dirigida a toda a sociedade, é anualmente realizada a "Semana da Conservação Energética", com o intuito de divulgar, constantemente, junto dos diferentes grupos sociais, a eficiência e conservação de energia. No formato de uma série de actividades promocionais, em grande escala, pretende-se, por influência da propaganda, sensibilizar todos os cidadãos para a necessidade de se poupar energia e de se valorizarem as técnicas de conservação energética, participando activamente na mesma.

Alvejando, em especial, o consumo de energia das empresas, a gestão energética é um instrumento importante para concretizar o objectivo de poupança de energia nas empresas. Nesse sentido, este ano o Governo vai continuar a trazer para Macau as notícias mais recentes sobre energia, conceitos técnicos e modelos de gestão inovadores, através da realização de cursos de formação em gestão de energia, apoiando as empresas na formação de grupos de profissionais especializados neste tipo de gestão, de modo a concretizar, melhor ainda, os

objectivos de conservação energética e redução das emissões nas empresas. Paralelamente, tanto o mundo empresarial como os cidadãos, serão encorajados a tirar o melhor proveito da página electrónica dedicada aos "Dados sobre fornecedores de equipamentos de conservação energética", a qual funciona como plataforma para a troca de informações, valorização da utilização de tecnologias de conservação energética, promovendo, passo a passo, o desenvolvimento da indústria de conservação energética.

Será promovido, integralmente, o Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos – realizado e encabeçado pelos serviços governamentais. Com base nos resultados do ano transacto, o Governo espera aproveitar a experiência concreta desses quatro serviços públicos para, este ano, servir de referência na promoção gradual do referido Programa, de forma a atingir o objectivo de elevar, progressivamente, a eficiência e conservação energética. Também durante este ano, irá planear a divisão da Região por zonas, para a realização de um teste de grande envergadura, sobre a utilização de lâmpadas de conservação energética para a iluminação das vias rodoviárias, a fim de conservar energia e reduzir as emissões, de modo ainda mais amplo.

Por outro lado, nos domínios da divulgação da educação, formação em gestão e aplicação de tecnologias, o Governo irá divulgar, atendendo às necessidades e após a edição das "Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública", em 2008 e do "Manual de Procedimentos Técnicos para Conservação de Energia em Edifícios", em 2009, as normas técnicas de conservação energética e os métodos relativos à sua aplicação, de acordo com o seu grau de urgência, promovendo, gradualmente, a conservação energética e redução de emissões, através de métodos sistemáticos e padronizados, de forma a criar condições para a criação de leis no sentido de tornar as implementações obrigatórias. Este ano será elaborado e publicado um manual sobre práticas de referência para aplicação da energia solar no aquecimento da água.

## 2.6. Melhorar, de forma contínua, a fiscalização e a eficácia de actuação, no que respeita à segurança dos combustíveis, assegurando a segurança da população.

Para prevenção de eventuais incidentes, serão adoptadas medidas céleres e activas, que se adaptem às situações reais e, continuar-se-á a proceder à fiscalização e inspecção, das instalações dos combustíveis e das áreas contíguas aos armazéns de combustíveis. No sentido de dar respostas eficazes e rápidas e de reforçar e aperfeiçoar as condições de segurança, irão ser estabelecidas mecanismos de cooperação interdepartamental, para salvaguardar a vida e os bens da população.

Para além disso, em conjugação com o plano geral para a zona da Ilha Verde, e com os pressupostos de melhoria do ambiente e das condições e qualidade de vida dos residentes. Neste ano, vai resolver o problema do armazém de combustíveis da Ilha Verde. Planeamos implementar um armazém provisório para gás de combustíveis, numa outra zona da Ilha

Verde, o qual irá recolher todos outros armazéns provisórios. Dentro do armazém, terá fiscalização de 24 horas e adequadas sistemas de prevenção de incêndio. Neste momento, estamos a auscultar opiniões sobre o projecto do armazém, desenvolvendo esforços no sentido de definir, ainda na primeira metade do ano corrente, um projecto que se adeqúe aos interesses da sociedade e que contemple do mesmo modo as empresas.

# IX - Políticas de Comunicação e de Tecnologias e Pontos fulcrais de trabalho

## 1. Política de telecomunicações

Com a cooperação mais estreita entre a província de Guangdong, Hong Kong e Macau, para acompanhar este desenvolvimento, Macau deve ter infra-estruturas de telecomunicações estáveis, seguras, competitivas e com mais pontos de acesso internacional, bem como serviços diversificados, a fim de satisfazer as necessidades comerciais, turísticas e dos residentes. Para elevar a capacidade de competitividade da cidade e aperfeiçoar a qualidade de vida da população. Além disso, iremos investir mais, para fortalecer a formação de técnicos de telecomunicações e divulgação da aplicação das ciências de telecomunicações, assegurando o desenvolvimento sustentável do sector de telecomunicações.

### 1.1. Aperfeiçoamento da legislação, assegurar a liberalização e a equidade do mercado de telecomunicações

Com a assinatura da "Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações" em Novembro de 2009, a mensagem de maior liberalização do mercado de telecomunicações e o respectivo calendário foram definidos claramente. Em reposta ao resultado da "Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações", a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações irá iniciar a emissão das licenças de novas redes de telecomunicações. Através da oportunidade decorrente da liberalização antecipada de alguns dos serviços exclusivos, produzir-se-ão mais serviços novos ao que se seguirá a liberalização total.

Ao mesmo tempo, vai promover oportunamente a construção de infra-estruturas locais e externas de telecomunicações, bem como a prestação dos serviços, através a liberalização do mercado local de telecomunicações, e propiciar um ambiente de regulação justa, o qual será benéfico para o desenvolvimento da indústria das telecomunicações, procedendo aos trabalhos de fiscalização, com vista a criar melhores condições para o desenvolvimento do mercado de telecomunicações de Macau, promover a prestação de serviços diversificados, inovadores e de boa qualidade no mercado. Em 2010, iremos concretizar gradualmente os respectivos trabalhos e iniciar os trabalhos preparativos para a liberalização completa do mercado de telecomunicações no ano de 2012.

Face à futura liberalização completa do mercado de telecomunicações, as redes e os serviços serão continuamente integrados e desenvolvidos e por isso, é necessário rever completamente o actual enquadramento legal e a legislação relativamente à regulação de telecomunicações, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do mercado com fiscalização adequada e eficaz. Para este efeito, iremos aprofundar e elaborar a respectiva legislação com vista a garantir o efeito da liberalização total e equidade do mercado. Além disso, para garantir que os operadores das redes e prestadores dos serviços operem num bom ambiente, irá continuar a elaboração de legislação relativa à concorrência justa no sector das telecomunicações com base em resultados de estudos efectuados no passado e com referência às legislações internacionais aplicáveis.

Com o desenvolvimento económico e social, mais empresas irão utilizar meios de comunicação electrónica para promover os seus produtos e serviços e por outro lado, em paralelo com a popularização dos serviços de telecomunicações, surge o problema do abuso de envio de informações electrónicas. De acordo com a base de um processo de avaliação preliminar, iremos proceder, em 2010, à elaboração da respectiva legislação e consulta, a fim de permitir que os cidadãos possam optar pela recepção ou não das informações.

## 1.2. Tomar diligências adequadas para resolução do caso de antena comum

O extenso período de conflitos decorrentes das operações entre a TV Cabo Macau e as empresas de antena comum, vem produzido um impacto negativo no desenvolvimento do serviço de transmissão televisiva. Embora se note a complexidade deste problema, o Governo irá adoptar medidas e coordenar, de forma activa, na resolução do conflito decorrente do Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por subscrição e da existência da rede de transmissão das empresas de antena comum.

Para esse efeito, focando aos 4 aspectos das políticas (de tecnologia de transmissão de sinais, serviços, rede e escolhas) e baseando nos 3 princípios (assegurar o direito da população de receber sinais de televisão legalmente, a negociação deve ser legal e respeitar a história e o resultado, deve harmonizar com as políticas definidas pelo Governo), avançar o processo de negociação de acordo com o objectivo de manutenção do desenvolvimento sustentável do serviço de transmissão, procurando uma resolução razoável, e contribuir para o desenvolvimento do serviço de transmissão televisiva.

Observando o progresso da tecnologia de telecomunicações, deve separar-se a transmissão dos sinais e o fornecimento do serviço, para evitar a proximidade das duas áreas e a baixa competitividade, sendo este assunto um dos assuntos fulcrais do desenvolvimento do sector de telecomunicações de várias regiões. No entanto, iremos implementar gradualmente o modelo exploração com separação do fornecimento do serviço e da transmissão de sinais, introduzindo um modelo de exploração favorável ao desenvolvimento do sector e de com-

petitividade saudável, proporcionando à população local um serviço de qualidade e a preço razoável.

## 1.3. Iniciar estudos específicos e estabelecer estratégias científicas de desenvolvimento

Considerando a liberalização gradual do mercado das telecomunicações, é necessário proceder a alguns estudos básicos, para compatibilizar com as exigências do desenvolvimento actual quanto ao estabelecimento da política de telecomunicações, incluindo entre esses a avaliação do grau de concorrência no mercado de telecomunicações, a investigação do grau de satisfação dos cidadãos relativamente aos serviços de telecomunicações, os princípios das taxas de interligação, o desenvolvimento da rede da próxima geração e versão 6 do protocolo de Internet (IPv6), etc.

Neste momento, embora as tecnologias de informação tenham sido amplamente utilizadas nas variadas indústrias e tenham também estimulado a transformação e desenvolvimento das indústrias, ainda falta um conjunto completo da política das tecnologias da informação. Assim, contratar-se-ão empresas profissionais de consultoria para que procedam ao estudo destes assuntos durante o ano de 2010, com vista à apresentação de propostas adequadas à situação actual e futura.

No planeamento do desenvolvimento de telecomunicações, vamos comparar os desenvolvimentos nas áreas da tecnologia de informação e comunicações entre Guangdong, Hong Kong e Macau, para facilitar a implementação do planeamento da próxima fase, procedendo a um acompanhamento contínuo e sistemático e à respectiva análise da situação internacional de desenvolvimento das áreas da tecnologia de informação e comunicações, a fim de tomar medidas adequadas. Além disso, iremos também estudar os mecanismos internacionais de gestão de crises em caso de graves incidentes de comunicações, a fim de melhorar as orientações, que são aplicáveis em Macau.

## 1.4. Avanço contínuo, promovendo o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações e das tecnologias de informação

Foram iniciados em 2009 os trabalhos de construção financiada pelo Governo da RAEM da rede da banda larga sem fios da cidade, prevendo-se a prestação de serviços aos cidadãos e turistas no primeiro semestre do ano de 2010, e depois da recolha preliminar de opiniões acerca da utilização, serão aperfeiçoadas as instalações, incluindo o aumento dos pontos de acesso e a expansão do âmbito de aplicação, a fim de promover os serviços de tecnologias da informação de acordo com as necessidades reais.

Ao mesmo tempo, tendo em conta que as telecomunicações, Internet e radiodifusão têm grande tendência para a convergência, a liberalização do mercado de telecomunicações está em conformidade com o desenvolvimento gradualmente amadurecido das tecnologias da informação e comunicações nos próximos anos em caminho para a convergência, realizan-

do-se dentro de uma plataforma única a possibilidade de prestação das informações necessárias para comércios ou divertimentos. Iremos aproveitar esta vantagem e criar condições que beneficiem o público em virtude desta convergência.

Com base no relatório de um estudo concluído pela empresa de consultoria, sobre o desenvolvimento e regulamentação dos serviços VOIP e IPTV, iremos elaborar oportunamente um plano de desenvolvimento em conformidade com as mudanças do mercado e da regulamentação de Macau.

### 1.5. Aperfeiçoar, em conformidade com as necessidades práticas, a gestão de recursos de telecomunicações e a fiscalização radioeléctrica

Recorrendo a serviços de consultoria referentes ao estudo do modelo de gestão e registo de nomes de domínio, e depois da avaliação das necessidades de operação por parte do regulador de telecomunicações, será gradualmente implementado em 2010 um novo modo de operação relativo à gestão e registo de nomes de domínio a fim de reduzir as restrições desnecessárias e melhor promover o desenvolvimento do serviço de Internet de Macau.

Por outro lado, na sequência da medição e análise do ambiente radioeléctrico no ano passado, iniciar-se-á, em 2010, o planeamento da instalação da nova estação de fiscalização radioeléctrica na zona das ilhas, cujo objectivo é solucionar o problema do ponto cego em certas medições levadas a cabo pelas estações existentes e, ao mesmo tempo, também se transferirá gradualmente o laboratório para a nova estação a fim de aperfeiçoar os testes aos equipamentos de radiocomunicações de grandes dimensões e melhorar as funções dos testes.

Após um ano de fase preparatória, que se incluem a encomenda de equipamentos e discussões aprofundadas com instituições académicas, o centro de testes estabelecido em comum pela DSRT e pelo Instituto Politécnico de Macau, vai entrar em funcionamento no início de 2010, sendo inicialmente utilizado para a realização de testes de descodificadores televisivos digitais. Na sequência do funcionamento do centro, os cidadãos podem obter referências resultantes dos testes realizados aquando da compra dos descodificadores e ao mesmo tempo pode servir de apoio ao desenvolvimento do estudo científico nas instituições de ensino superior.

## 2. Políticas Postais

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a generalização da utilização da internet, e ainda devido à actual situação do sector de prestação de serviços – prestados por operadores privados locais e internacionais e por um Serviço da Administração Pública, a DSC – o serviço postal público encontra-se numa situação concorrencial muito forte, com os serviços postais tradicionais a enfrentarem os maiores impactos. Mesmo assim, os Serviços de Correios, seguindo o princípio administrativo de "servir a população", esforçam-se por um

constante melhoramento e diversificação de serviços, de forma a prestar aos cidadãos um serviço de confiança, eficiente e de qualidade.

## 2.1. Aperfeiçoamento do enquadramento jurídico, promover o desenvolvimento do sector postal

O desenvolvimento dos Serviços de Correios obriga a permanentes actualizações em termos de regulação, sendo necessário proceder à alteração de alguns regulamentos postais, nomeadamente do Regulamento dos Receptáculos Postais, do Regulamento do Serviço Público de Correspondências Postais e da Tabela Geral de Taxas e Multas dos Serviços Postais (na parte relativa às taxas de "Direct Mail"). Para a adaptação da realidade dos chamados Correios Tradicionais às novas tecnologias, permitindo aos utilizadores o envio seguro, reconhecido e certificado dos seus documentos electrónicos, em 2010, será elaborado o regime jurídico do Serviço Público de Correio Electrónico Registado Postal e far-se-á o acompanhamento da revisão dos Actos da UPU na área dos Serviços Postais Electrónicos Seguros.

## 2.2. Optimização da rede postal e exploração de serviços diversificados

Para optimizar a rede de instalações postais espalhadas por Macau e Ilhas, para além de uma permanente manutenção serão realizadas obras de ampliação ou de construção de estações postais conforme as necessidades, mantendo, assim, o bom funcionamento da rede e dando resposta às mudanças e novas exigências do sector postal.

Com a rápida evolução da tecnologia electrónica, os negócios postais não se podem limitar aos serviços tradicionais. Assim, os Correios irão empenhar todos os esforços para prestar serviços on-line diversificados, elevando a competitividade do serviço postal público. Estamos a planear o aproveitamento do sítio na internet dos Correios para oferecer serviços, para aumentar a eficiência dos serviços prestados e o grau de satisfação dos clientes. Paralelamente, será desenvolvido e oferecido um Serviço de Compra Electrónica (E-Shopping), no sítio na Internet dos Correios, que irá permitir não só a promoção e venda de produtos e serviços prestados pelos Correios, mas também por outros negociantes. A este serviço, incluindo e integrando o Pagamento (on-line) usando a Plataforma de Pagamento Electrónico da Caixa Económica Postal, será acrescido o serviço de entrega, através da rede física postal, dos produtos comprados.

No que respeita ao melhoramento da qualidade de serviço, para monitorizar a eficiência e produtividade dos processos e trabalhadores das diferentes áreas, na cadeia de valores (value chain), vai proceder-se ao estudo, por forma a ser introduzido até ao segundo trimestre de 2011, de um sistema de gestão baseado em padrões internacionalmente aceites como Boas Práticas. Irão ser analisados, conjuntamente com os Serviços de Alfândega, os requisitos e procedimentos necessários ao desalfandegamento de malas de correio, tendo em vista tornar mais rápido e eficiente o seu transporte e desalfandegamento, em especial das malas de EMS-Correio Rápido.

## 2.3. Promover os Serviços de Certificação, optimizando as instalações básicas

Para acompanhar as políticas do Governo Electrónico da RAEM, continuar-se-á, de uma forma activa, a prestar apoio técnico aos outros serviços públicos, convidando mais serviços do governo a utilizar a Plataforma de Pagamento Electrónico da Caixa Económica Postal, estudando a viabilidade de adicionar mais meios de pagamento e intensificando os serviços profissionais de certificação; dar-se-á ainda continuidade à divulgação dos Serviços de Certificação junto de entidades comerciais e de organismos públicos, como uma aplicação efectiva de armazenamento documental e de reexpedição de correspondência, sendo uma eficaz ferramenta protectora de documentos electrónicos, com valor legal.

Dar-se-á continuidade ao procedimento de integração e aperfeiçoamento das instalações básicas da Infra-estrutura de Chave Pública (PKI) e do sistema informático dos Serviços de Certificação - eSignTrust, definir-se-á o índice de qualidade de serviço para eSignTrust, implementando a Carta de Qualidade. Será também reforçada a interoperabilidade do Serviço de Carimbo Postal Electrónico Certificado no enquadramento da União Postal Universal (UPU), permitindo aos utilizadores gozarem da vantagem de poderem utilizar o Serviço além fronteiras.

Através da divulgação e da prestação de informação, continuar-se-á a divulgar os negócios dos Serviços de Certificação. Que ao mesmo tempo, proceder-se-á também, de uma forma activa, à sensibilização da população sobre a importância da segurança das informações em transacções on-line, chamando a atenção para a necessidade de se proceder a troca de informações on-line com encriptação.

## 2.4. Explorar a cooperação entre serviços postais, aperfeiçoando os serviços do Museu das Comunicações

Após a primeira emissão conjunta com os Correios de Singapura em 2008, os Correios continuará a estudar as oportunidades de emissões conjuntas com autoridades postais de outros países, com o objectivo de promover através dos selos, de uma forma recíproca, as características culturais de diferentes regiões, e para que os selos de Macau também sejam promovidos directamente no mercado filatélico internacional. Participar-se-á também, regularmente, em exposições filatélicas internacionais, fomentando, assim, a divulgação dos selos de Macau no mercado filatélico internacional. Será ainda estudada a viabilidade de se estabelecerem redes de agentes filatélicos nas principais cidades da China, passando a utilizar-se meios de venda mais directos para promoção dos selos de Macau nos mercados nacionais, de grande potencialidade, e estudando o estabelecimento de relações recíprocas de agentes filatélicos com autoridades postais estrangeiras com o objectivo de ampliar a rede de vendas fora de Macau.

Para comemorar a participação na Expo 2010 Xangai China, juntamente com o Gabinete Preparatório para a Participação de Macau na Exposição Mundial em Xangai, será organizado um concurso de desenho de selos. Pretende-se obter expressões plásticas diversificadas e descobrir potenciais artistas, residentes em Macau. Além disso, será dado apoio à realização da Reunião do Conselho de Administração da Federação de Filatelia da Ásia, a ter lugar no mês de Março, em Macau, com vista a reforçar o intercâmbio de amizade com organizações filatélicas da Ásia.

Diversificar, de uma forma sistemática, os serviços do Museu das Comunicações, é também um objectivo importante para este ano. Os estudantes serão o público-alvo das visitas guiadas organizadas pelo Museu das Comunicações. Será lançado um novo programa de visitas guiadas temáticas, bem como seminários e workshops para alunos. Paralelamente, será prestado o serviço "o Museu vai à tua Escola" a pedido das escolas. Além do mais, a ligação entre o Museu, as comunidades sociais e o sector de turismo será reforçada, aumentando, assim, o conhecimento dos residentes e turistas sobre os serviços do Museu.

### 2.5. Reforçar a cooperação e o intercâmbio, elevando a qualidade dos serviços

Acompanhando as necessidades de desenvolvimento da sociedade, as tecnologias postais também estão cada vez mais actualizadas, pelo que se reforçará o intercâmbio de experiências e a cooperação com as áreas postais de todas as regiões, nomeadamente, estabelecendo relações de parceria estratégica com os Correios da China, desenvolvendo conjuntamente o Serviço Electrónico Postal Seguro, explorando o sistema do Correio Electrónico Registado Postal segundo o documento da norma técnica de "Correio Electrónico Registado Postal" da UPU; paralelamente, proceder-se-á à troca de informações sobre a regulação, o licenciamento de operadores e condições de operação, desenvolvendo relações de cooperação com o Autoridade de Correios da China.

Além disso, serão ainda intensificadas e aperfeiçoadas continuamente as parcerias estratégicas com os Correios da Província de Cantão e de Hong Kong, continuando a participar e a cooperar nas actividades da Cooperativa Telemática da UPU, em especial no Grupo de Utilizadores dos Serviços Electrónicos Avançados, tendo em vista não só a aprendizagem de utilização das tecnologias recém desenvolvidas, como ainda a implementação de estratégias de negócios e a formação de parcerias estratégicas, designadamente no que respeita aos Serviços Electrónicos Postais Seguros e à implementação de projectos de interesse comum.

## 3. Política da Ciência e Tecnologia

Em 2010, vai continuar a concretização das LAG, promover os trabalhos de popularização da ciência, estudar apoios aos sector de ciência e tecnologia, melhorando os estudos científicos, inovações e da popularização, aproveitando para intensificar a relação de cooperação com o Interior da China, mantendo a interacção e a relação de cooperação.

## 3.1 Optimização do procedimento de atribuição de apoio financeiro, e bom prosseguimento dos respectivos trabalhos.

Em 2010, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia irá continuar o espírito do Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro, avaliar e atribuir apoio aos planos de estudo científico. Em coordenação com o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Macau, irá esforçar a supervisão dos planos apoiados, assegurando o progresso dos trabalhos e da qualidade dos mesmos, e os financiamentos são aproveitados correctamente.

Com a finalização sucessiva dos planos de estudos financiados, para que o público saber sobre os resultados conquistados, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia irá, sob consentimento do autor, publicar os relatórios dos resultados através do portal do Fundo, que ao mesmo tempo, realizar sessões públicas de esclarecimento para o público, os académicos e os profissionais conhecem as actividades de estudos científicos em Macau, proporcionando lhes mais oportunidades de interacção.

## 3.2. Lançamento da pesquisa estratégica sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tendente a um crescimento social geral

O Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) está a planear o lançamento de um estudo sobre as estratégias do desenvolvimento científico e tecnológico de Macau. As áreas de pesquisa incluem a dinamização do desenvolvimento económico de Macau com o desenvolvimento científico e tecnológico; aumento da produtividade de Macau; e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Macau. Tópicos como a estrutura organizacional do departamento responsável pelo desenvolvimento científico e tecnológico e o estabelecimento de um parque científico e tecnológico serão, em principio, também tidos em conta como parte da pesquisa. Os resultados e as conclusões da pesquisa serão usados como referência para as políticas de ciência e tecnologia, no futuro. Em 2010, o grupo de trabalho realizará o "Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau" para um melhor conhecimento da actual situação do desenvolvimento científico e tecnológico em Macau e as expectativas dos residentes locais sobre este tipo de desenvolvimento. O estudo fornecerá informação e dados realistas e adequados para a próxima fase da pesquisa sobre as estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico.

## 3.3. Apoio à educação científica e tecnológica e promoção da generalização da ciência e da tecnologia em Macau

O Governo da RAEM investe, desde há muito tempo, recursos para fazer avançar a inovação industrial e o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Macau prosseguirá a sua cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia no contexto do "Conselho para a Co-

operação Científica e Tecnológica entre a China e Macau" e organizará a Semana da Ciência e Tecnologia de Macau 2010. Bem recebido e já consagrado, pela população de Macau, este evento integra a capacidade dos departamentos governamentais da RAEM, as empresas ligadas à ciência e tecnologia, organismos e escolas. Tem como objectivo alcançar o fortalecimento e melhoramento contínuos baseados no que já existe e promover a generalização da ciência e da tecnologia.

Por outro lado, o Governo da RAEM continuará a cooperar com o Ministério da Ciência e Tecnologia na organização da delegação de observação da ciência popular para professores e de campos de férias de ciência popular. Estas actividades ajudam os participantes a conhecerem melhor a educação pela ciência popular, em diversos locais, enriquecendo o conhecimento científico e abrindo novos horizontes aos professores na sua profissão e capacitando-os, de forma eficaz, a guiarem os seus alunos na aprendizagem e realização de experiências científicas.

As actividades dos campos de férias de ciência popular manterão a sua diversidade e interesse de modo a atrair mais alunos a participarem. Em 2010, o campo de férias será, por isso, enriquecido com novas actividades, para além das já existentes, cujo objectivo é provar a influência da ciência e da tecnologia em vários aspectos da nossa vida e aumentar o interesse dos alunos em melhorarem o seu conhecimento científico.

## 3.4 Participação na cooperação de ciência e tecnologia para criar um ambiente mais favorável para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Macau

Continuaremos, no contexto do "Conselho para a Cooperação Científica e Tecnológica entre a China e Macau", " Cooperação Tecnológica Regional da Pan-Delta do Rio das Pérolas", e "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" a manter a sua ligação com o Interior da China, explorando as oportunidades de cooperação científica e tecnológica. Que iremos também desenvolver os seus projectos de cooperação no modo e formato em conformidade com a situação real e com a legislação de Macau.

O "Conselho para a Cooperação Científica e Tecnológica entre a China e Macau" continuará a desempenhar um papel importante na promoção da cooperação em medicina chinesa, protecção ambiental, ciência informativa e popularização da ciência. O Fundo reforçará o desenvolvimento e manterá uma boa relação de trabalho com o Ministério de Ciência e Tecnologia, as autoridades da Província de Cantão e o Conselho do Fundo de Ciência Natural da China, para desenvolver relações de cooperação, e para criar, dentro do ano, laboratórios especiais e continuar a promover a criação dum centro de teste de alimentos e de medicamentos. Irá prosseguir os trabalhos de inscrição de Macau no Prémio de Ciência e Tecnologia da China. Em relação a Prémios local, irá aperfeiçoar o projecto da lei do Regulamento de prémio de ciência e tecnologia, e tentar o início da aceitação da candidatura ainda no 2010.

Ao mesmo tempo, manterá uma boa relação de trabalho com a Associação Chinesa para a Ciência e Tecnologia e outras associações científicas e tecnológicas da China. Serão reforçados a interacção e intercâmbio para facilitar a generalização da ciência em Macau.

# X - Conclusão

Com a promulgação e concretização das "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" e a execução do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha, iremos acelerar a fusão de Macau no desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas. Considerando que, Macau é inseparável com a Zona Delta do Rio das Pérolas, tornando a cooperação entre os territórios de Guangdong, Hong Kong e Macau cada vez mais progressivo e em crescimento em termos de amplitude e profundidade. Perante esta nova tendência de desenvolvimento, o futuro de Macau está repleto de oportunidades, devendo, no entanto e por força dessa tendência de desenvolvimento, estar bem preparado para os futuros desafios daí decorrentes. Tendo a área das obras públicas e transportes como principal missão a execução de intervenções urbanísticas e acções relacionadas com a vida dos cidadãos, a tendência deste novo desenvolvimento, conduzirá a que no futuro aquando da elaboração das LAG seja necessário ponderar em absoluto os diversos aspectos, por forma a definir as políticas macro estruturais para o desenvolvimento a longo prazo, no sentido de permitir por um lado conjugar com a rápida fusão do Pan-Delta do Rio das Pérolas, mas também definir as medidas micro estruturais práticas e estritamente relacionadas com a vida dos cidadãos em função das mudanças de ordem social de Macau e as exigências dos cidadãos.

Estando a área dos transportes e obras públicas estritamente relacionada com a vida da população, graças ao esforço envidado pelos equipas governamentais das diversas áreas, foram bem realizados os trabalhos de construção em consonância com as directivas das LAG, que tiveram por objectivo criar um ambiente habitacional de alta qualidade. Nos trabalhos das acções governativas de 2010 e dos próximos anos, iremos, na área dos transportes e obras públicas, com um espírito prático e firme, continuar a redobrar os nossos esforços, através da reforma e criatividade, a reforçar as nossas acções destinadas a criar sistemas e regimes nestas matérias, assim como permitir a tomada de decisões com bases cientificas e promovendo uma ampla auscultação das opiniões e sugestões dos cidadãos, por forma a elevar a eficácia administrativa, pelo que iremos envidar os nossos máximos esforços para: "reunir as ideias construtivas dos cidadãos, alcançar o consenso e concentrar os esforços desses mesmos cidadãos, de forma a melhor ter em conta os factores gerais, coordenativos e sustentáveis do desenvolvimento", no sentido de criar em Macau uma perspectiva sólida e de desenvolvimento sustentável, permitindo assim juntamente com todos os cidadãos de Macau atingir um futuro mais próspero.